



Universidade de Brasília

Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Gestão Escolar

GESTÃO DEMOCRÁTICA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Dilza Oliveira Ribeiro

Professora-orientadora: MSc Olga Cristina Rocha de Freitas
Professor monitor-orientador MSc Cristiano de Souza Calisto

Brasília (DF), Junho de 2014

Dilza Oliveira Ribeiro

GESTÃO DEMOCRÁTICA
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Gestão Escolar como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar sob a orientação da Professora-orientadora MSc Olga Cristina Rocha de Freitas e do Professor monitor-orientador MSc Cristiano de Souza Calisto.

TERMO DE APROVAÇÃO

Dilza Oliveira Ribeiro

GESTÃO DEMOCRÁTICA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar pela seguinte banca examinadora:

MSc Olga Cristina Rocha de Freitas

UnB/ SEEDF (Professora- orientadora)

MSc Cristiano de Souza Calisto

(Professor Monitor-orientador)

MSc Eter Cristina Silva Balestie Peluffo

SEEDF (Examinador (a) externa)

Brasília, Junho de 2014

Dedico esta monografia aos meus colegas de trabalho, aos meus alunos e também a toda a minha família que com seu amor e carinho me apóiam e fortalecem

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a Deus e ao Senhor Jesus, por ter me concedido a oportunidade de realizar esta especialização, dando-me saúde e perseverança para fazer esta pesquisa.

Aos meus professores orientadores Professora Olga Cristina Rocha de Freitas e ao Professor Cristiano de Souza Calisto, pela paciência e compreensão na realização desta pesquisa.

Aos professores e tutores do CEAM - Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares pela motivação, contribuição e ensinamentos.

A Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal e a Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação, que em parceria com a Universidade de Brasília, proporcionaram a realização desta especialização.

“Somos humanos e guardamos medos e inseguranças... a nossa formação se dá no processo de ensinar e aprender, todo dia, a cada desafio.” (Viviane Ferraz)

RESUMO

Esta pesquisa de natureza descritiva, bibliográfica e de campo tem a finalidade de realizar um estudo sobre a Gestão Democrática e o Projeto Político Pedagógico. Apresenta-se com o objetivo de investigar sobre como é elaborado o Projeto Político Pedagógico na instituição de ensino e de que forma acontece a participação da comunidade escolar na elaboração e execução desse projeto, identificando e relatando quais as dificuldades demonstradas pelos diversos segmentos da comunidade escolar e os desafios que se apresentam aos gestores para conduzir a construção de um projeto político pedagógico. Os procedimentos metodológicos utilizados para a coleta de dados foram: entrevistas do tipo semi-estruturada com professores da escola, questionários com os servidores e alunos. A pesquisa foi desenvolvida no CEM Júlia Kubistchek, na cidade da Candangolândia DF. Como principais resultados pode-se dizer que os professores se sentem capacitados em participar na elaboração do PPP, mas que faltam mais informação e comunicação da equipe da gestora, quanto aos servidores pouco sabem sobre a importância de sua participação. Quanto aos alunos consideram um importante instrumento de mudança na gestão escolar, porém tem pouco conhecimento sobre o que vem a ser o PPP. Finalmente foi possível perceber que a construção de um projeto político pedagógico deve ser pensado, discutido e formulado coletivamente, também como forma de construção da autonomia da escola, por meio da qual a equipe é envolvida nos processos de tomada de decisões sobre aspectos da organização escolar e pedagógico-curriculares.

Palavras-chave: projeto político pedagógico; participação, interação; autonomia; elaboração; construção; decisão; execução.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
OBJETIVOS	08
CAPÍTULO I – REVISÃO DA LITERATURA	09
1.1 O Projeto Político Pedagógico e a construção da Identidade escolar	09
1.2 A autonomia escolar na construção do Projeto Político Pedagógico	12
1.3 Os papéis dos atores sociais na construção do Projeto Político Pedagógico	18
CAPÍTULO II - METODOLOGIA	23
2.1 Cenário da pesquisa	23
2.2 Participantes da pesquisa	23
2.3 Procedimentos de construção das informações	24
2.4 Instrumentos e material	24
2.5 Procedimentos de análise das informações	25
CAPÍTULO III – RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
3.1 Análises dos questionários e dos dados coletados	26
3.2 As principais dificuldades demonstradas pelos docentes,	29

funcionários e discentes na elaboração e participação da construção do Projeto Político Pedagógico.

3.3 Os desafios da comunidade escolar em participar da elaboração da construção do Projeto Político Pedagógico. 30

CONSIDERAÇÕES FINAIS 32

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 37

APÊNDICE 39

APÊNDICE – ROTEIRO DOS QUESTIONÁRIOS 40

ANEXOS E TRANSCRIÇÕES DOS QUESTIONÁRIOS 44

APLICADOS E DOS DADOS COLETADOS

INTRODUÇÃO

O presente tema foi escolhido com intuito de descrever através de uma pesquisa mais aprofundada de que forma o Projeto Político Pedagógico é construído na unidade de ensino CEM Júlia Kubistchek, com a participação de pais, alunos e a comunidade escolar, para atender a necessidade da escola no que diz respeito ao eixo central do trabalho didático a ser desenvolvido ao longo do ano de 2014.

A sociedade contemporânea vem sofrendo expressivas transformações sociais, políticas e econômicas. Essas transformações são originárias de pressupostos neoliberais e da globalização da economia que norteia as políticas governamentais. Nesse contexto, surgem as perguntas: Qual é o papel social da escola? Qual a melhor forma de organização do trabalho pedagógico? De que maneira a escola pode resgatar valores acadêmicos e humanos esquecidos com a modernidade e ensinar aos jovens a praticar dia-a-dia, a autodisciplina e a metodologia para o estudo, bem como o respeito ao próximo, a solidariedade e a cortesia? Respostas a estas e outras perguntas surgirão no universo escolar e os próprios alunos serão capazes de respondê-las se hábitos rotineiros de boa educação, respeito, generosidade, tolerância e simpatia forem ensinadas e praticadas.

É correto afirmar que o comportamento humano, orientado para a prática do bem, conduz ao sucesso. A tentativa de obter a melhoria dos resultados acadêmicos, por si só já nos coloca a um passo de sua conquista.

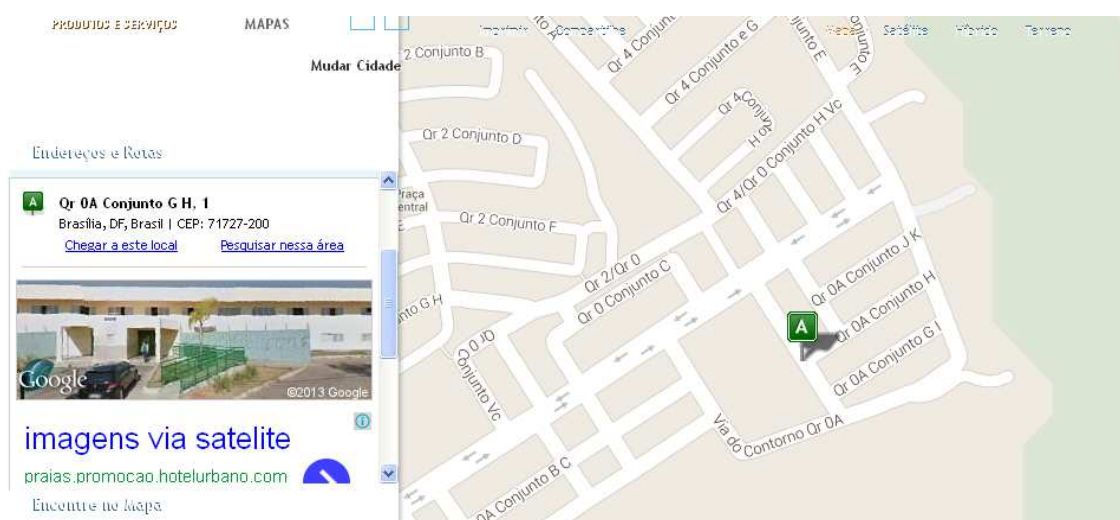
A presente pesquisa sobre o PPP tem como proposta entender a organização do trabalho escolar, na definição das atividades a serem desenvolvidas na escolha das metodologias de aprendizagens e de ensino, nas estratégias de avaliação, na organização dos tempos e dos espaços.

Esse projeto é uma oportunidade para que algumas coisas aconteçam, exemplo:

- . Tomada de consciência dos principais problemas da escola
- . Possibilidades de solução e definição das responsabilidades coletivas e pessoais.
- . Solucionar falhas detectadas

A eficácia do processo será conseguir pôr em prática um permanente compromisso com a aprendizagem dos alunos, pelo uso igualitário do tempo, do espaço físico, das instalações, dos equipamentos, dos recursos financeiros, didáticos e humanos.

Nome da Instituição de ensino: Centro de Ensino Médio Júlia Kubitschek



Endereço: QROA lote especial nº 01 – Candangolândia - DF

Telefone: 3901-8334 e 3901-3524 e-mail: cem01juliakubitschek@gmail.com

Data de criação da Instituição Educacional: 28/07/2009 pela Portaria 297/2009 e 20/07/2009.

Essa escola faz parte da composição do conjunto de escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal – SEEDF.

O Centro de Ensino Médio Júlia Kubitschek conta atualmente com 1.000 (mil) alunos, distribuídos em três (03) turnos: matutino, vespertino e noturno. Existem, na referida escola, as seguintes modalidades de ensino: Ensino Fundamental (séries finais), Classe de Aceleração da Aprendizagem do Ensino Fundamental (séries finais) e

do Ensino Médio, Ensino Médio Regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA), este dividido em 1º (Primeiro), 2º (Segundo) e 3º (Terceiro) segmentos. O Centro de Ensino Médio Júlia Kubitschek foi fundado em 15 de outubro de 1957, inicialmente chamado Grupo Escolar 01 Júlia Kubitschek e logo depois Escola Classe Júlia Kubitschek, quando atendia alunos de 1ª a 4ª série do ensino fundamental, num total aproximado de 360 alunos. O nome da escola foi uma homenagem, do então Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, a sua mãe, D. Júlia, em razão do seu aniversário. Essa Instituição pioneira inovou em termos de organização e de práticas educacionais, sob a influência do ideário escolanovista e orientação técnica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP/MEC), durante a gestão de Anísio Teixeira.

A escola descrita acima foi entregue a comunidade escolar e comunidade local em Fevereiro de 2009, depois de uma reivindicação que durou mais de 23 anos, luta essa organizada e articulada entre os segmentos presentes e atuantes da comunidade que almejavam condições dignas e próprias ao desenvolvimento de uma educação de qualidade e igualitária para crianças e jovens, devido à precariedade e inadequação das instalações físicas da antiga escola da cidade, o CED 01 da Candangolândia

A Candangolândia abrigou os operários que vieram construir Brasília nos fins dos anos 50, essa cidade é o retrato dos tantos brasis, repleto de realidades muito contraditórias, oriunda de assentamentos, localizada em área nobre de Brasília. Hoje, a cidade é praticamente desabitada dos primeiros moradores (os candangos), teve a maioria das casas vendidas para especuladores, muitos desses proprietários contavam apenas com um único bem material, a casa onde residiam, mas ainda assim tentados pelo fascínio do montante de dinheiro nunca visto antes, se desfizeram delas.

Atualmente, a Candangolândia é constituída por residências que são verdadeiras ostentações de magnificência, retratando uma arquitetura que nos remete a construções do Lago Sul, bairro de classe média alta e classe alta, bem distante da origem de bairro dos operários, em contraste, restam na cidade dos pioneiros algumas taperas em ruínas.

O Centro de Ensino Médio Júlia Kubitschek resgata a história da educação do Distrito Federal, o mesmo foi edificado no mesmo local da primeira escola de Brasília, Escola Classe Júlia Kubitschek, berço da educação do DF, lamentavelmente

demolida em 1985, por pessoas desavisadas e desrespeitosas do patrimônio histórico-cultural.

O CEM Júlia Kubitschek, devido à localização geográfica da Candangolândia, situada às margens da BR 450-DF 003 (Via EPIA) na qual transitam os ônibus de várias cidades Satélites de Brasília e também o Entorno, (cidades goianas fronteiriças ao DF), o que facilita o deslocamento e ligações entre essas regiões, têm em sua clientela um número significativo de alunos oriundos dessas localidades, principalmente, alunos do Entorno que se deslocam em busca de uma educação de qualidade, aspirando um futuro promissor e uma vida melhor.

O Centro de Ensino Médio Júlia Kubitschek foi reinaugurado no dia 13 de Fevereiro de 2009, pelo então Governador José Roberto Arruda, sob a gestão da diretora, eleita, Irisneide Moura da Frota.

O corpo diretivo é composto por: Diretor, vice-diretor, supervisor pedagógico, supervisor administrativo, secretária, 4 (quatro) coordenadores pedagógicos todos com 40 horas de trabalho semanal. Além dos citados, a escola dispõe de 1 (um) supervisor pedagógico e 1 (uma) supervisor administrativo, estes com regime de 20 horas semanais de trabalho, exclusivos para o turno noturno. A maioria dos profissionais citados possui larga experiência no magistério. Para compor o Serviço de Orientação Educacional (SOE), a escola conta com três orientadoras educacionais, com regime de trabalho de 40 horas semanais, esse pequeno grupo de profissionais está modificando a relação escola x comunidade, essas orientadoras articulam as famílias com os outros setores de atendimento ao público como: Conselhos Tutelares, Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA), Centros de Referência e Assistência Social (CRAS) e o Centro de Orientação Médico Psicopedagógico (COMP).

A estrutura física da escola é composta por: guarita, para porteiros e vigilantes (terceirizados), amplo estacionamento com portão eletrônico, dois pátios cobertos, três escadas que proporcionam o acesso ao pavimento superior, elevador para atendimento aos alunos e servidores com necessidades especiais, banheiros para deficientes físicos, mais (4) banheiros amplos com espelhos, para alunos, sala de professor com banheiros, sala de coordenação, sala do SOE, 18 (dezoito) salas de aula (localizadas no pavimento superior), Laboratórios de Informática, Física, Química e

Biologia, cozinha, depósitos, biblioteca, ampla quadra poliesportiva coberta com banheiros e vestiários, sala de vídeo e de aprendizagens especiais, sala de descanso para servidores, secretaria e sala de direção.

Para a execução das atividades de classe e extraclasse o CEM Júlia Kubitschek dispõe dos seguintes recursos audiovisuais:

02 Aparelhos de TV simples;

02 Aparelhos de TV com DVD embutidos;

05 Aparelhos de DVD;

04 Aparelhos de som (sendo 02 portáteis);

02 Retroprojetores;

01 Amplificador;

01 Mesa de som;

01 Equipamento para rádio;

08 Computadores de uso geral;

20 Computadores do laboratório de informática;

02 Aparelhos de fax;

01 Impressora multifuncional;

03 Duplicadores;

02 Data-show;

04 Microfones;

02 Tela de projeção;

02 Quadros Branco portáteis;

01 Flip Chart;

A partir deste ano com a implantação da Semestralidade no turno matutino os projetos desenvolvidos pela escola foram reelaborados seguindo as diretrizes do Currículo em Movimento implantado pela SEEDF para a modalidade da Semestralidade.

Diante das mudanças ocorridas após a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), no artigo 15 concedeu à escola progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira.

Esta pesquisa terá como objetivo compreender de que forma uma unidade de ensino que contempla várias realidades da educação básica conduz essa autonomia na elaboração, na participação, no envolvimento e na orientação da construção do seu Projeto Político Pedagógico.

Nos moldes da Gestão Democrática no sistema educacional público abre possibilidades para que se construa uma escola pública de qualidade que atenda aos interesses da maioria da população.

A autonomia permite à escola a construção de sua identidade e à equipe escolar uma atuação que a torna sujeito histórico de sua própria prática.

Pensar no processo de construção de um Projeto Político Pedagógico requer uma reflexão inicial sobre o seu significado e uma importância. Conforme ressalta a LDBEN a importância desse instrumento em vários de seus artigos:

No artigo 12, inciso I, que vem sendo chamado o “artigo da escola” a Lei dá aos estabelecimentos de ensino a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica.

O artigo 12, inciso VII define como incumbência da escola informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

No artigo 13, chamado o “artigo dos professores”, aparecem como incumbências desse segmento, entre outras, as de participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino. Inciso I e elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino (Inciso II).

No artigo 14, em que são definidos os princípios da gestão democrática, o primeiro deles é a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola.

É bom lembrar que, pela primeira vez no Brasil, há uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que detalha aspectos pedagógicos da organização escolar, o que mostra bem o valor atribuído a essa questão pela atual legislação educacional.

Dessa forma, essa é uma exigência legal que precisa ser transformada em realidade por todas as escolas do DF, tendo também como uma proposta norteadora o Projeto Político e Pedagógico Professor Carlos Mota. Entretanto, não se trata apenas de assegurar o cumprimento de uma legislação vigente, mas, sobretudo, de garantir um momento privilegiado de construção, organização, decisão e autonomia da escola. Por isso, é importante evitar que essa exigência se reduza a mais uma atividade burocrática e formal a ser cumprida.

Um Projeto Político Pedagógico voltado para construir e assegurar a gestão democrática se caracteriza por sua elaboração coletiva e não se constitui em um agrupamento de projetos individuais, ou em um plano apenas construído dentro de normas técnicas para ser apresentado às autoridades superiores. Segundo Libâneo (2004), é o documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar.

OBJETIVOS

OBJETIVOS GERAIS

- Desenvolver um estudo sobre a interação e a participação da comunidade escolar na elaboração, construção e desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico, identificando e relatando quais as dificuldades demonstradas pelos membros da comunidade escolar e os desafios apresentados em sua concepção.
- Propor alternativas capazes de apontar caminhos para enfrentar os novos desafios em relação à elaboração, construção e desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Reconhecer e expressar a identidade da escola de acordo com a sua realidade, características próprias e necessidades locais.
- Definir coletivamente objetivos e metas comuns à escola como um todo.
- Possibilitar ao coletivo escolar a tomada de consciência dos principais problemas da escola e das possibilidades de solução, definindo as responsabilidades coletivas e pessoais.
- Identificar as principais dificuldades apresentadas pela comunidade escolar na elaboração do Projeto Político Pedagógico.

CAPÍTULO I

1.REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 O Projeto Político Pedagógico e a construção da identidade escolar

A proposta política pedagógica a ser elaborada no coletivo de cada escola, deve levar em consideração dimensões relacionada ao conjunto de aspectos que organizam a sua autonomia pedagógica, administrativa, jurídica e financeira.

Como uma proposta organizadora, o projeto político pedagógico é um planejamento em que estão definidos rumos e direções que o coletivo busca para si. Suas duas dimensões - a política e a pedagógica – relacionam a organização da escola como um todo com a organização da sala de aula. Dessa forma, o delineamento de uma ação intencional, com sentido de um compromisso assumido coletivamente, que dá à escola autonomia em explicitar sua própria identidade. Em princípio, a autonomia fortalece as relações entre a escola e o sistema educacional, tal como declara Veiga (2000):

Se a escola nutre-se da vivência cotidiana de cada um de seus membros, coparticipantes de sua organização do trabalho pedagógico à administração central seja o Ministério da Educação, a Secretaria Estadual ou Municipal, não compete a eles definir um modelo pronto e acabado, mas sim estimular inovações e coordenar as ações pedagógicas planejadas e organizadas pela própria escola. Em outras palavras, as escolas necessitam receber assistência técnica e financeira decidida em conjunto com as instâncias superiores do sistema de ensino.

E ainda,

O ponto que nos interessa reforçar é que a escola não tem mais possibilidade de ser dirigida de cima para baixo e na ótica do poder centralizador que dita as normas e exerce o controle técnico burocrático.

A luta da escola é para a descentralização em busca de sua autonomia e qualidade (idem)

A autora reconhece como princípios que norteiam os projetos políticos pedagógicos da escola democrática, pública e gratuita, os seguintes aspectos: a igualdade de condições de acesso e permanência; a qualidade para todos; a gestão democrática; a liberdade, como relação e associada à ideia de autonomia; a valorização do magistério.

Para além desses princípios, define um roteiro de sete elementos básicos, propondo e sugerindo questões para o processo de discussão coletiva que preside a construção da proposta. São eles: as finalidades da escola, a estrutura organizacional, o currículo, o tempo escolar, o processo de decisão, as relações de trabalho e a avaliação.

Participar da discussão coletiva que preside a elaboração de um projeto político pedagógico é um desafio cheio de armadilhas, mas, sem dúvidas, um processo enriquecedor para os que se interessam, entre outras coisas, pela compreensão das formas de organização de grupos humanos e da forma como os sujeitos se agregam (ou não) ao funcionamento desses grupos.

A construção de uma sociedade democrática, que possa lidar com as contradições da vida coletiva a partir da criação de uma linguagem múltipla e diversa, constituída pelas vozes de todos os seus membros, que tenha como horizonte criar canais de participação para incluir a todos que, historicamente, vem sendo alijados dos processos decisórios, é um processo que precisa se alicerçar num novo tipo de educação.

Durante a infância e ao longo de sua vida, os indivíduos participam de processos de socialização para além da família, como as relações entre seus pares na vida social, ou na escola, que é a instituição responsável por sua socialização formal, incluindo a educação voltada para a aprendizagem de saberes constituído ao longo da história da humanidade, especialmente, o conhecimento científico e a produção artística, além da educação moral, que os introduz aos valores e crenças típicos de sua cultura.

O trabalho, que é a forma intencional de ação no mundo, visando à produção de bens necessários à sobrevivência, exige, portanto, uma organização, uma divisão, de

modo a se distribuírem, entre as pessoas envolvidas, atividades específicas que, articuladas, possam vir a beneficiar a todos envolvidos.

O processo histórico coletivo e individual não se dá de forma linear e pacífica, mas é marcado por contradições e conflitos, desde as formas mais primitivas de luta, em que dois indivíduos se envolviam em disputas por uma caça, até os dias de hoje, em que nos envolvemos, no contexto de classes sociais, instituições públicas e nações, em guerras, competição, terrorismo, motivados por questões econômicas, políticas, ideológicas, afetivas, éticas, estéticas ou religiosas.

Essas diversas formas de o ser humano significar o mundo, por sua ação concreta e pela linguagem e formas de organização, constituem seus saberes prático-teóricos, a ciência, a técnica, a filosofia, as formas ética, política e estética de ver a vida e de viver. O mundo humano é, assim, o tornar-se o mundo em processo de construção. Sobre isso, Paulo Freire (1999, p.98-99) diz:

Gosto de ser homem, de ser gente, porque sei que minha passagem pelo mundo não é predeterminada, preestabelecida. Que meu “destino” não é um dado, mas algo que precisa ser feito e de cuja responsabilidade não posso me eximir. Gosto de ser gente porque a história em que me faço com os outros e cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidade e não de determinismo. Daí que insista tanto na problematização do futuro e recuse sua inexorabilidade.

No nível da vida cotidiana, a elaboração do projeto político pedagógico pela comunidade escolar esbarra com valores, crenças, decisões políticas, princípios éticos, já que sua interpretação e compreensão vão ser elaboradas passando pelo crivo desses valores e princípios.

Na escola, estudantes e professores reconstróem o conhecimento, ressignificam-no, de acordo com o contexto e experiências, questionam sobre as maneiras como os pesquisadores procedem, de modo que poderíamos pensar que elas/es estão ‘ensaiando para serem cientistas’, sob a orientação do professor ou professora. De certa forma, elas/es, nesse processo, fazem parte de comunidades de pesquisadores. É desejável que

encaremos os alunos como aprendizes nas áreas específicas e como cidadãos que se posicionam quanto a questões polêmicas e de interesse coletivo.

A educação científica, portanto, consiste em educação para a cidadania, conforme Machado (1997, p. 47):

[...] educar para a cidadania significa prover os indivíduos de instrumentos para a plena realização desta participação motivada e competente, desta simbiose entre interesses pessoais e sociais, desta disposição para sentir em si as dores do mundo.

1.2 A autonomia escolar na construção do Projeto Pedagógico

Uma escola plena de vida, de concretude, de relações efetivas, deve ser uma escola autônoma, que assuma a autogestão, que, mais do que proporcionar a participação de todos numa estrutura já dada, abre-se para as transformações que as pessoas julguem importantes. Assim, novas maneiras das pessoas se relacionarem, dividindo tarefas responsabilidades, iniciando-se no âmbito de uma turma, de uma disciplina, começam a alterar toda a estrutura da escola. Toda a escola vai precisar se reestruturar, repensando o papel de cada elemento na comunidade escolar e as relações mútuas entre as pessoas envolvidas.

O processo de construção do PPP de uma unidade escolar, mesmo sendo mais lento, proporciona a comunidade escolar, o enriquecimento do processo, que todos se sintam sujeitos da produção deste projeto, e não apenas executores.

Podemos dizer que essa maneira de trabalhar proporciona à comunidade escolar a responsabilidade da participação na elaboração do PPP, que argumentem, discutam, discordem, cumpram seu papel, tomem decisões coletivas, ajam, enfim, como cidadãos, na comunidade escolar. A escola se torna, assim, um espaço de construção e exercício da cidadania. E, para além desse exercício de autonomia intelectual, alunos, alunas, professores, pais e servidores assumem democraticamente a regulação das relações na escola.

O que queremos dizer com isso?

Queremos dizer que a comunidade escolar na escola, por ser um espaço de exercício da cidadania, em que a educação científica e humanística se processa pela cidadania e para a cidadania, envolve todas as pessoas em um processo de elaboração de regras de relacionamento, ou código de ética que, embora exista, muitas vezes sem consciência das pessoas a respeito dele, deve passar a ser uma produção intencional de todos. Para que isso se torne viável, o gestor ou gestora deve abrir um espaço para que a comunidade escolar propuser um código de ética para um processo contínuo de negociação entre todas as pessoas que compõem a comunidade escolar.

A democratização das relações na comunidade escolar, é uma abertura para a participação de todos, com funções específicas, previamente definidas pelo coletivo, é, sem dúvida, um ambiente propício para a construção de um ambiente de criatividade e responsabilidade, fértil de ideias novas e de negociações produtivas, que possibilitam que o processo de ensino e aprendizagem, seja um modelo de convivência e de postura crítica que pode se estender para outras instâncias da vida das pessoas que fazem parte da comunidade escolar.

A ideia é que a convivência no ambiente escolar não se dê como um momento de ‘ensino sobre algo, ou sobre uma maneira de agir’, a ser aplicável em outro momento, na vida dos alunos, mas como uma maneira efetiva de ser, de conviver, de construir conhecimento, de assumir posturas e de fazer escolhas. Afinal, a escola é um lugar para viver e conviver, e não um espaço para ensaiar a vida. Uma escola plena de vida, de concretude, de relações efetivas, deve ser uma escola autônoma, que assuma a autogestão, que, mais do que proporcionar a participação de todos numa estrutura já dada, abre-se para as transformações que as pessoas julguem importantes. Assim, novas maneiras das pessoas se relacionarem, dividindo tarefas e responsabilidades, iniciando-se no âmbito de uma turma, de uma disciplina, começam a alterar toda a estrutura da escola. Toda a escola vai precisar se reestruturar, repensando o papel de cada elemento da na comunidade escolar e as relações mútuas entre as pessoas envolvidas.

Quer do ponto de vista conceitual, quer do ponto de vista operacional, a autonomia da escola está intimamente relacionada com o PPP. Tal conexão é recíproca, ou seja, a construção do PPP, ao mesmo tempo em que visibiliza a existência de uma escola autônoma também se constitui no processo por meio do qual a escola vai se constituindo e se consolidando como um espaço educativo grávido de autonomia.

A ocorrência da relação entre a autonomia escolar e a construção do seu PPP; construção esta que se espraia nas distintas e ao mesmo tempo complementares etapas da elaboração, execução ou implementação e avaliação.

A autonomia não se constitui num processo descomprometido ou descontextualizado. Ao contrário, ela está diretamente relacionada e vinculada a um projeto político social que pressupõe um caminho a ser buscado e seguido. Em se tratando da autonomia escolar, essa relação diz respeito à elaboração e implantação de um Projeto Político-Pedagógico. Como apontam os autores COSTA (1997), VEIGA (1998, p.13), SOUSA (2006, p. 18), dentre outros, resulta uma intersecção bastante estreita entre a autonomia da escola e a construção e solidificação da sua identidade institucional. Juntamente com a organização da escola vinculada aos interesses da comunidade, a visibilização dessa identidade ocorre por meio da construção do seu projeto político pedagógico, uma vez que com seu projeto a escola assume um rosto próprio, sua singularidade e, por assim dizer, sua personalidade institucional. A autonomia da escola começa, pois, a acontecer no próprio momento em que, coletivamente, ela desencadeia a construção do seu Projeto Político Pedagógico, o que pressupões que escola seja entendida como uma unidade organizacional de decisão.

Considerando os aspectos pedagógico, administrativo e financeiro, que de forma inter-relacionada compõem a autonomia da escola, a construção do Projeto Político Pedagógico é, por excelência, um caminho por meio do qual ocorre também a visibilidade desse princípio educacional. Assim, o Projeto Político Pedagógico se torna o instrumento que orienta e possibilita a operacionalização da autonomia na escola. A esse respeito Mendonça (2000, p. 393) nos diz que:

A capacidade de elaborar e executar com independência e efetivo apoio infraestrutural do Estado um projeto pedagógico próprio é (...) um dos melhores indicadores da autonomia da escola e da democratização do sistema, pois indica, ao mesmo tempo, a faculdade de a escola governar-se por si mesma e a habilidade político-administrativa do sistema de reorganizar-se para concentrar suas energias no atendimento das necessidades da escola.

Desse modo, o Projeto Político Pedagógico e a autonomia são processos indissociáveis. A vinculação entre autonomia escolar e o Projeto Político Pedagógico da escola pressupõe o desencadeamento de uma política educacional que tenha compromisso com a maioria da população que, fundamente, corresponde às camadas que compõem a classe trabalhadora. Destarte, se faz necessário que tal política esteja baseada no princípio da democratização, em vista do asseguramento aos trabalhadores e aos seus filhos dos benefícios proporcionados pela educação escolar.

O processo de construção do Projeto Político Pedagógico sinaliza que também formam dados passos em direção à conquista da autonomia escolar na medida em que traduz um assumir de responsabilidades por parte dos atores sociais que atuam na escola (VEIGA, 1998, p. 13).

A partir da análise feita por Marques (2000, p. 30), de que o Projeto Político Pedagógico pode possibilitar a continuidade das ações educativas desenvolvidas pela escola, resguardando-a da descontinuidade administrativa que tanto caracteriza a gestão pública brasileira, podemos apreender a existência de um potencial político administrativo na elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico. Dessa forma a escola encontrará elementos que favoreçam a sua caminhada institucional e educacional.

Na construção do Projeto Político Pedagógico também está contemplada a dimensão de participação, pois sua elaboração “é corresponsabilidade dos professores, dos pais, dos alunos, do pessoal técnico-administrativo e dos segmentos organizados da sociedade local, contando ainda, com a colaboração e a assessoria efetivas de profissionais ligados à educação” (VEIGA, 1998, p.13).

Mesmo que o papel de liderança do processo de construção do Projeto Político Pedagógico caiba ao corpo técnico e diretivo da escola, a sua elaboração deve resultar do real exercício da corresponsabilidade de todos os atores sociais da escola, bem como dos segmentos organizados da sociedade, contando ainda com a colaboração e a assessoria efetivas de profissionais ligados à educação. Por conseguinte, torna-se simplesmente inconcebível que a confecção do Projeto Político Pedagógico de uma unidade escolar seja realizada apenas por alguns dos segmentos que dela fazem parte (equipe técnico-administrativa, por exemplo) e, muito menos ainda, sua elaboração seja

feita por encomenda, ou seja, confiada a pessoas ou grupos de pessoas que não fazem parte da comunidade escolar.

Realçando a importância e a necessidade da participação de toda a comunidade escolar nos processos de elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político Pedagógico, entendemos que sua legitimidade está intrinsecamente relacionada com os processos participativos que foram desenvolvidos para a sua gestação. Dito que outra forma, um Projeto Político Pedagógico elaborado sem a efetiva participação da comunidade escolar pouco efeito terá. Portanto, um Projeto Político Pedagógico elaborado nessa condição é ilegítimo. Nesta direção Gadotti e Barcelo (1993, p. 37) afirmam que.

É preciso dar muita atenção à forma como conduzi-lo. O processo essencial é a participação de todos os envolvidos no e com o trabalho escolar, em igualdade, na condição de parceiros interagindo desde a decisão, passando pela operacionalização até a avaliação do que se propõe, realiza e aprende.

Relacionando a ação docente com o Projeto Político Pedagógico, Sousa e Corrêa (2002, p. 60) defendem que os profissionais da educação devem estar munidos de competência tanto técnica quanto política para atuarem na elaboração do projeto político pedagógico. Contemplando outros aspectos complementares, Santiago (1998, p.163), além de lembrar que os docentes devem dominar um corpo teórico, atualizado pela reflexão coletiva, afirma que estes devem ser considerados como gestores das suas práticas pedagógicas para que possam se comprometer e se corresponsabilizar pela ação educativa intencionalmente conduzida pela escola e, assim, se constituam em verdadeiros agentes históricos, intelectuais e profissionais com relevante responsabilidade social.

Em decorrência de um compromisso profissional assumido, consideramos oportuno lembrar neste momento o aspecto legal que associa o docente com a construção do Projeto Político Pedagógico da unidade escolar da qual faz parte. Com efeito, na lista das incumbências dos docentes, constantes na LDBEN 9.394/96, a participação dos professores na elaboração do Projeto Político Pedagógico aparece como sendo a primeira delas. Mais que uma questão de ordenamento, tal incumbência

em primeiro lugar deve ser compreendida como expressão da relevância e do significado que esse instrumento de planejamento participativo deve ocupar no conjunto das ações docentes.

Destacando a participação dos alunos na elaboração do Projeto Político Pedagógico, Sousa e Corrêa (2002, p. 60) apresentam uma compreensão bastante interessante pelo seu aspecto educativo ao afirmarem que “o corpo discente não pode ser encarado apenas como o beneficiário da ação de construção do projeto pedagógico, mas também como participante da sua elaboração”. Desta maneira, na medida em que os alunos, envolvidos em maior número possível (bem como nas demais), eles se constituem em sujeitos do próprio processo educativo, contribuindo, pois, com suas percepções e leitura da realidade, seus desejos e expectativas, enfim, com ações de engajamento em vista da operacionalização dos caminhos e estratégias que foram planejados.

No processo de construção do Projeto Político Pedagógico é de se esperar que cada vez mais seja reparada uma secular dívida para com os pais, na medida em que eles sejam vistos como também portadores de significativas contribuições para a elaboração desse instrumento de planejamento educacional, contribuições estas que resultam de experiências de vida, de concepções de mundo, de homem e de sociedade, bem como – em muitos casos- de engajamentos vivenciados na comunidade em favor de causas que vão desde a reivindicação pelo suprimento de necessidades coletivas imediatas (relacionadas com água, saúde, transporte, moradia, saneamento etc.), até o empenho pelo advento de uma sociedade sem desigualdades sociais, arraigada na justiça e na solidariedade.

Discutindo o aspecto participativo na elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico, Veiga (1998, p. 13) vislumbra em tais momentos a possibilidade do desencadeamento de uma participação democrática no interior da escola ao afirmar que.

O projeto pedagógico, ao se constituir em processo participativo decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando

pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo as relações horizontais na escola.

Para que o Projeto Político Pedagógico se constitua em efetivo mecanismo a partir do qual a escola avance na edificação da sua autonomia, como preconizam Cabral Neto e Silva (2004), é importante que a sua elaboração seja precedida de um intenso e diversificado trabalho de sensibilização dos atores escolares, predispondo-os para o necessário convencimento da importância de um Projeto Político Pedagógico coletivamente construído. Sem essa sensibilização o processo de elaboração desse instrumento de expressão e concretização da autonomia escolar poderá ficar comprometido, uma vez que tanto do ponto de vista quantitativo como do ponto de vista qualitativo, irá faltar à qualificada participação que se faz necessária para a ocorrência da ação coletiva da qual deverá brotar o Projeto Político Pedagógico.

1.3 Os papéis dos atores sociais na construção do Projeto Político Pedagógico

Em vista de a etapa de sensibilização da comunidade escolar para construir o seu Projeto Político Pedagógico ser um processo envolvente e mobilizador, em muito poderá contribuir a utilização de recursos tecnológicos para que essa comunidade se sinta convocada, informada e orientada a respeito dessa construção. Nessa etapa as lideranças e organizações estudantis existentes na escola poderão ser uma força valiosa por, juntamente com a criatividade tão peculiar aos adolescentes e aos jovens, manusearem com destreza os modernos meios de comunicação, sobretudo a internet.

Explicitando a dimensão política existente na elaboração do Projeto Político Pedagógico, Veiga (1998, p.17) afirma que tal processo “exige dos educadores, funcionários, alunos e pais, a definição clara do tipo de escola que intentam (...) e o tipo de sociedade que pretendem formar”. Em outras palavras, o Projeto Político Pedagógico deve expressar uma intencionalidade, ou seja, apontar para um caminho coletivamente buscando e assumido, o que pressupõe um forte espírito de solidariedade entre outros atores que participam da sua construção. Para esta autora,

Todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os

interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. (VEIGA, 1998, p.13).

A respeito da dimensão política do Projeto Político Pedagógico, Sousa e Corrêa (2002, p.56) afirmam que esse instrumento “corresponde a um posicionamento da escola frente ao horizonte e às possibilidades que ela pode alcançar, a partir do envolvimento dos seus atores”. Assim, a participação dos atores sociais da escola na construção do Projeto Político Pedagógico refletirá uma postura política carregada de autonomia ao recusarem ficar à margem do processo de definição dos rumos que a sociedade deverá tomar. Positivamente, a partir da condição que ocupam na escala social, estes mesmos atores estarão imprimindo uma marca no tipo de sociedade que lhes pareça como melhor correspondendo aos seus anseios e necessidades.

Diante de possíveis ilusões ou expectativas exageradas possam ser feitas a respeito da eficácia do Projeto Político Pedagógico, como se a sua simples elaboração garantisse, por si própria, a conquista dos objetivos traçados, devemos ficar atentos para o entendimento de que o Projeto Político Pedagógico se inscreve numa visão de conjunto, articulando as dimensões da intencionalidade as de efetividade e possibilidade. Dito de outra maneira, o projeto tem que ser viável; colocado em prática, deve ser exequível e assumido coletivamente pelo grupo, ou seja, pelos vários segmentos da comunidade escolar. Entretanto, seja ressaltado que esse entendimento não deve ser visto como uma amarra, algo que obstaculize a intenção de superar condicionamentos e de se avançar em direção a patamares mais altos e mais significativos.

A elaboração de um Projeto Político Pedagógico implica enfrentamento de uma série de dificuldades, tanto de natureza organizacional como metodológica conceitual e técnica. Isso, de certa forma, é compreensível pelo fato de, no percurso histórico da educação brasileira, a construção do Projeto Político Pedagógico não ser uma prática habitual. Ademais, no cenário escolar o modelo tradicional de planejamento – suas concepções e formatos – deixou marcas negativas às quais se responde com posturas que vão da reprodução da ação de planejar, numa perspectiva meramente burocrática, a um total niilismo acerca da necessidade e do sentido do planejamento do processo educativo no âmbito escolar. Há também as dificuldades de ordem psicossocial,

expressas no espírito de acomodação de parte dos atores sociais da escola quando optam pela delegação de responsabilidades a outrem. Por outro lado, respaldados na observação feita pelos por Gadotti e Barcelo, podemos vislumbrar que, muito provavelmente, ainda levaremos um bom tempo para que ocorra a reaprendizagem da “escrita” de um Projeto Político Pedagógico, uma vez que não estamos muito distantes do seu entendimento e da sua prática.

Como sendo um conjunto de objetivos, metas, procedimentos, programas e atividades ‘a priori’ determinados e, explicitamente pensados e propostos, tecnicamente bem organizados e explicitamente bem fundamentados em uma teoria eleita como a mais adequada à prática de educação desejada e posta como ideal a todas as escolas (GADOTTI; BARCELLO, 1993, p. 32).

É necessário, pois, que a construção do Projeto Político Pedagógico seja acolhida como uma ocasião ímpar e singular de a escola pensar seu papel e função social a partir da sua especificidade. Esta, entre outros aspectos, diz respeito à sua presença em determinada localidade, ao perfil dos seus estudantes, às aspirações dos pais dos alunos bem como aos limites e potencialidades existentes no seio da comunidade escolar.

Em vista de uma efetiva eficácia do Projeto Político Pedagógico, consideramos que seja por demais importantes evitar o risco de, uma vez concluída a elaboração formal desse documento, a comunidade escolar se considerar como já tendo feito tudo. Ao contrário, o processo de implementação do Projeto Político Pedagógico requer que os atores sociais da escola exerçam um processo constante de reflexão e debates sobre o Projeto Político Pedagógico elaborado (o que já se constituiu no desencadeamento da importante etapa avaliativa) para, sobre tudo, ser explicitado os liames existentes entre o Projeto Político Pedagógico estará fadado a se converter em mero instrumento burocrático ou mesmo em peça decorativa sem impactos na vida da comunidade escolar.

Tendo em visa a incorporação da autonomia da escola num documento de porte como LDBEN 9394/96, precisamos ficar atentos para que o amparo legislativo dado para que a escola construa o seu Projeto Político Pedagógico (ou sua proposta pedagógica, conforme é utilizado pela LDBEN), não se converta numa nova forma de

cooptação. Isso provocaria o seu esvaziamento de sentido, objetivos, importância e necessidade e, conseqüentemente, o transformaria em mais um documento de duvidosa eficácia. De acordo com a análise de Veiga (2003, p. 272), esta possibilidade se constitui em uma inovação de caráter regulatório e técnico e pode ser visualizada no chamado Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), o qual “concretiza-se por meio de uma crescente racionalização do processo de trabalho pedagógico, com ênfase em aspectos como produtividade, competência e controle burocrático”.

A possibilidade de esvaziamento de sentido do Projeto Político Pedagógico, quando encarado apenas como um documento formal ou resultante de uma imposição normativa, constitui-se num sério problema para uma comunidade educativa. Além de não poder imprimir um ritmo singular e autônomo à sua identidade, a escola facilmente se deixará levar para um improdutivo caminho de confecção de uma das diversas caricaturas de Projeto Político Pedagógico às quais o pesquisador português Adelino Costa rotula projecto-plágio, projecto-do-chefe, projecto sectário, projecto manutenção, projecto ficção, projecto ofício e outros. Ainda que possuindo características específicas, tais caricaturas tem em comum o fato de expressarem “uma certa retórica gerencialista e de um discurso político-normativo que intenta sustentar e legitimar mudanças anunciadas” (COSTA, 2003, p.1332). Impõe-se, portanto, que seja superando o reducionismo que pode ocorrer na elaboração do Projeto Político Pedagógico, ou seja, que a sua confecção seja realizada apenas para a escola estar quite com as exigências do sistema educacional ou da legislação vigente. Anteriormente a isto, a elaboração desse documento deve ter como motivação fundamental um compromisso que a escola, por meio dos seus variados segmentos, assume consigo mesma no sentido de desenhar, traçar as grandes coordenadas da sua trajetória, enfim, um compromisso político que contribua para a promoção de um novo patamar na vida dos seus educandos e dos seus educadores.

Contrapondo-se ao Projeto Político Pedagógico, de cariz neoliberal, voltado para a burocratização da escola e transformando-a em mera cumpridora de normas técnicas, Veiga (2003, p.272ss) defende que o Projeto Político Pedagógico seja de natureza emancipatória na medida em que enfatiza mais o seu processo de construção e a expressão da singularidade e da particularidade da instituição educativa de modo que seja.

Um meio de engajamento coletivo para integrar ações dispersas, criar sinergias no sentido de buscar soluções alternativas para diferentes momentos do trabalho pedagógico-administrativo, desenvolver o sentimento de pertença, mobilizar os protagonistas para a explicitação de objetivos comuns definindo o norte das ações a serem desencadeadas, fortalecer a construção de uma coerência comum, mas indispensável, para que a ação coletiva produza seus efeitos (VEIGA, 2003, p. 275).

Considerando que a realidade sociopolítica brasileira ainda se encontra enlaçada pelos tentáculos do projeto neoliberal e, conseqüentemente, incidindo sobre a educação nacional, torna-se apropriado o desafio posto por Silva (2003, p. 299). Este conclama para que, ao contrário do estado de hibernação no qual o Projeto Político Pedagógico vem sendo relegado, ele seja colocado na ordem do dia, recolocado como centro de discussões e práticas, dada a sua condição de instrumento singular para a edificação da gestão democrática. Acrescentamos sua necessidade para a construção e a conquista da autonomia da escola.

No afã do fortalecimento da necessidade e da decisão de construção do Projeto Político Pedagógico não é demais lembrar que os atores sociais da escola devem possuir uma perspectiva utópica, ou seja, a existência de um horizonte que, ainda que não seja experienciado, por outro lado, seja visto como passível de ser atingido. Sem esse horizonte, provavelmente será difícil que aconteça a construção do Projeto Político Pedagógico, dadas as inúmeras dificuldades, limites e condicionamentos que rodeiam o ambiente escolar. Estes, muitas vezes, se apresentam como sendo uma realidade imutável diante da qual pouco ou nada poderá ser feito no sentido de mudá-la, transformá-la. Vale salientar, ainda, que a perspectiva utópica deve, perpassando pelo processo de elaboração, acompanhar as fases subsequentes (execução e avaliação) e ajudar os atores sociais da escola a não desanimar diante de possíveis obstáculos que poderão ser encontrados na implementação do Projeto Político Pedagógico. Conseqüentemente deve ser travado o processo de construção da autonomia escolar que também está intimamente associada ao processo de construção desse tipo de planejamento realizado no âmbito escolar.

CAPÍTULO II

2. METODOLOGIA

A metodologia dessa pesquisa tem como base uma pesquisa qualitativa “que visa, sobretudo, gerar um conhecimento mais aprofundado de um fenômeno, as dimensões complexas de um problema ou tema, envolvendo um número restrito de participantes” (BARBATO, 2008).

Esse estudo está baseado em um momento empírico e foi realizado em uma escola do DF, que atende aos alunos da Educação Básica. Tem como foco elaboração, participação da construção do Projeto Político Pedagógico que é um documento que reflete as intenções, os objetivos, as aspirações e os ideais da equipe escolar, tendo em vista um processo de escolarização que atenda a todos os alunos e como a escola através da sua autonomia constrói o seu Projeto Político Pedagógico.

2.1 CENÁRIO DA PESQUISA

A pesquisa proposta foi realizada em uma escola pública localizada na cidade de Candangolândia – DF, onde a mesma oferece a comunidade local o Ensino Fundamental (Séries Finais), o Ensino Médio no diurno. No turno noturno oferecem Ensino Médio Regular e os três segmentos do Ensino de Jovens e Adultos. O ensino noturno foi escolhido para ser realizada a pesquisa por ser um turno oposto ao do trabalho em sala de aula e por ser ministrado na escola onde é realizada a docência dessa professora.

2.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os docentes, os servidores e os discentes foram os participantes desta pesquisa. Participaram da primeira etapa da pesquisa de campo uma turma mista (sexo: masculino

e feminino) de aproximadamente 48 alunos, que estão cursando o Ensino Médio do turno noturno. Os alunos estão na faixa etária aproximada de 17 anos e a maioria do grupo já está inserida no mundo trabalho.

Participaram também os docentes que atuam nos diversos componentes curriculares e os servidores que exercem diversas funções nos vários setores da unidade escolar.

2.3 PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Em um primeiro momento foram aplicadas na comunidade escolar um conjunto de questionários para os professores, com questões abertas na primeira parte e na segunda parte com questões de múltipla escolha. Aproveitando o momento das coordenações pedagógicas para coletar esses dados. Para os servidores um questionário com questões de múltipla escolha e para os discentes um questionário misto com a maioria das questões de múltipla escolha e algumas questões abertas.

2.4 INSTRUMENTOS E MATERIAL

Na metodologia escolhida para a elaboração da pesquisa proposta foram utilizados os seguintes instrumentos de construção das informações:

Um roteiro que foi elaborado considerando os conhecimentos adquiridos nas leituras e atividades desenvolvidas nos módulos do curso para a execução dos questionários, para as entrevistas e questionários foram feitas perguntas em forma de resposta ou alternativas como opção de respostas.

Foram sistematizados os aspectos que contemplem a necessidade de compreender melhor as dinâmicas realizadas na elaboração e construção do projeto político pedagógico realizado nas coordenações pedagógicas da unidade escolar

Um cronograma de horários foi elaborado para ser possível acompanhar de forma sistemática e coerente as dinâmicas que envolvem a construção, elaboração do projeto político pedagógico.

2.5 Procedimentos de análises das informações

As aplicações dos questionários e as suas transcrições geraram informações importantes que possibilitaram compreender mais profundamente a importância da participação coletiva da comunidade escolar na elaboração do projeto político pedagógico. Com esse procedimento foi possível observar o que está ocorrendo no cotidiano da unidade de ensino, bem como os seus agentes sociais podem interagir na construção desse instrumento.

Analizamos os dados coletados através das resoluções das questões abertas e dos dados das questões de múltipla escolha, dando foco principal à participação da elaboração do projeto político. Desse modo, as análises apresentam-se a partir das categorias e tópicos específicos direcionados pelo questionário. Essas transcrições estão agrupadas segundo os temas do roteiro e são analisadas no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Análise e discussão das entrevistas e questionários

Em relação às **questões pesquisadas sobre o diagnóstico da unidade escolar** respondidas pelos agentes sociais da construção do PPP, se deu ao processo de construção do diagnóstico da instituição de ensino. Foi realizada uma série de perguntas sobre a situação atual e progressa da instituição. Analisando as respostas contidas nas 10 perguntas abertas podemos concluir que o diagnóstico nos permite conhecer mais profundamente a dinâmica e o movimento dos agentes que fazem parte da comunidade escolar. Além disso, possibilitou situar a análise estrutural do sistema na atualidade, dando a voz uns dos seus principais agentes sociais, os professores, na construção e elaboração do projeto político pedagógico.

Por exemplo: Pedimos que os docentes dissertassem sobre como vêm a comunidade escolar que está inserida, a formação dos alunos, seu processo de trabalho, as relações interpessoais, o desempenho das práticas educativas, a ação coletiva dos profissionais que conduzem a escolar. Sendo assim, tanto a escola quanto os professores exercem papel fundamental em realizar o diagnóstico da unidade escolar para conhecer de perto a realidade que o cerca. Como afirma Libâneo (2001).

Os objetivos da instituição escolar contemplam a aprendizagem escolar, a formação da cidadania e a de valores e atitudes. O sistema de organização e de gestão da escola é o conjunto de ações, recursos, meios e procedimentos que propiciam as condições para alcançar esses objetivos.

No que se referem às **questões sobre a elaboração e a participação da construção do projeto político pedagógico para a comunidade escolar** foi possível coletar dados através de perguntas sobre se os docentes já haviam participado da construção do PPP. Se o grupo considerava importante ou menos importante debater sobre a finalidade da escola, a sua estrutura organizacional, o currículo, o tempo escolar o processo de decisão, as relações de trabalho e a avaliação. Podemos observar que

todas essas categorias foram contempladas de forma positiva, ou seja, importante para ser debatido quando estiver elaborando e construindo o PPP.

Aqui destaco que conforme temos descrito nesta pesquisa, as atividades e as formas de organização e de gestão da escola podem favorecer ou prejudicar o alcance dos objetivos pedagógicos. Por essa razão, as áreas de ação ou de atividades são organizadas e geridas para dar apoio pedagógico ao trabalho escolar, especialmente naquilo que auxiliam os professores em seu exercício profissional na escola e na sala de aula.

Tendo como referência a participação dos docentes na elaboração do PPP, a maioria assinalou de forma positiva ter competência para poder participar na elaboração do PPP. A esse respeito Libâneo (2001, p. 484) nos diz que:

O projeto resulta de práticas participativas. O trabalho coletivo, a gestão participativa, é exigência ligada à própria natureza da ação pedagógica; propicia a realização dos objetivos e o bom funcionamento da escola, para o que se requer unidade de ações e processos e procedimentos de tomada de decisões.

No que diz respeito às **questões sobre a participação de outras instâncias que fazem parte da comunidade escolar** foram 6 servidores que se dispuseram a responder um questionário de 10 perguntas com respostas de múltipla escolha, referente a sua participação na elaboração do PPP. Conhecem e sabem o que venha a ser o Conselho Escolar, diz ter conhecimento sobre a mobilização da equipe gestora para que ocorra essa participação de forma efetiva, mas deram preferência as discussões em forma de grupo na sua elaboração. A esse respeito Libâneo (2001, p. 485) nos diz que:

O projeto pedagógico, assim entendido, é ingrediente do potencial formativo das situações de trabalho. Os profissionais (direção, coordenação pedagógica, professores, funcionários) aprendem por meio da organização, do ambiente em que exercem sua ocupação.

Tendo como referência às **questões sobre a participação dos alunos na elaboração do projeto político pedagógico** devido à realidade do aluno do noturno ser diferente, pois a maioria já está inserida no mercado de trabalho, o aluno acaba tendo uma liberdade de escolher ou não participar do processo de elaboração, pois o mesmo

pode escolher se assiste às aulas ou não. O tempo das aulas em relação ao diurno é bem menor, com uma duração de 45 minutos e a dinâmica da sala de aula, da administração escolar na distribuição de turmas e de alunos é outra, pois a escola pesquisada atende todos os segmentos da educação de jovens e adultos, por isso a escola tem diferentes espaços de convivência, todos com funções determinadas. Por exemplo: A maior queixa dos alunos é a falta de professores, que se sentem abandonados, que não sabem o que significa projeto político pedagógico, mas que concordam em participar na elaboração se for solicitado a isso. Concordam que o PPP é um instrumento de mudança na operacionalização da escola e na sua vida escolar.

Segundo Granville, (2008, p. 126)

A característica principal do trabalho em grupo é propiciar ao aluno a possibilidade de realizar um conjunto de operações mentais em interação com os colegas e com os conteúdos e problemas apresentados pelo professor em sala de aula. Tais operações mentais são fases diferentes do processo por meio das quais o aluno evolui pelos instintos de assimilação resultam solidez dos conhecimentos e as habilidades que delineiam a essência do método de ensino e aprendizagem, que se define como um fenômeno interação entre pessoas e ideias.

Coletando dados para melhor compreensão do processo de elaboração do PPP, percebemos que a orientação tanto para os docentes, os funcionários e discentes, é de extrema valia. E a pergunta mais importante a ser respondida pela equipe escolar no momento da elaboração do projeto político pedagógico é: o que se pode fazer que medidas devam ser tomadas, para que a escola melhore, para que favoreça uma aprendizagem mais eficaz e duradora dos alunos?

O projeto político pedagógico concretiza o processo de planejamento, de modo que as fases deste acabam confundindo-se com as fases daquele. É bastante conveniente que as fases de elaboração do projeto sejam desenvolvidas com base em um esboço prévio formulado por uma comissão escolhida pela equipe escolar. O grupo de profissionais da escola pode criar reinventar a instituição, os objetivos e as metas mais compatíveis com os interesses dela e da comunidade.

3.2 As principais dificuldades demonstradas pelos docentes, funcionários e discentes na elaboração e participação da construção do Projeto Político Pedagógico.

Muitos professores se queixaram em suas dissertações do descaso, desinteresse e desprezo que os alunos têm em relação a sua aprendizagem e que muitos estão despreparados para evoluir e desenvolver o conhecimento.

Segundo Pontuschka, afirma:

Uma das grandes dificuldades dos alunos de qualquer nível de ensino, até mesmo dos que chegam ao ensino superior, refere-se à análise de textos. As atividades escolares, via de regra, envolvem pesquisas, trabalhos escritos, seminários, que sempre implicam a atividade de ler e analisar textos e documentos. Muitas vezes, as dificuldades de leitura e entendimento de textos levam os alunos a uma atitude de desânimo perante os estudos, (2007, p. 219).

Nesse sentido, foi possível identificar nas questões analisadas que os alunos em geral apresentaram muita dificuldade em compreender e interpretar as perguntas apresentadas, o domínio, portanto, das várias linguagens possíveis de serem usadas para as resoluções e articulação das ideias. Os alunos podem se conscientizar que não estão simplesmente adquirindo conhecimentos já prontos, mas que também são agentes produtores de conhecimento e que participaram da construção da sociedade na qual vivem.

Em relação aos servidores da escola as dificuldades apresentadas foram que nem sempre a instituição de ensino viabiliza o trabalho pedagógico e que não possui conhecimentos sobre os programas desenvolvidos pela unidade escolar.

3.3 Os desafios da comunidade escolar em participar da elaboração e construção do projeto político pedagógico.

Um grupo de pessoas que trabalhe junto, de forma cooperativa e solidária, para formação e aprendizagem dos alunos. O trabalho em equipe é uma forma de desenvolvimento da organização que, por meio da cooperação, do diálogo, do compartilhamento de atitudes e modos de agir, favorece a convivência, possibilita encarar as mudanças necessárias, rompe com as práticas individualistas e leva os alunos a produzir melhores resultados de aprendizagem.

Predomina em muitas escolas e salas de aula práticas individualistas, em que as reuniões se destinam, quase sempre, a transmitir avisos, fazer reclamações sobre o comportamento dos alunos, organizarem eventos extraclasse etc. nesses casos, as reuniões não são utilizadas para reflexão e análise sobre as situações de trabalho, sobre as dificuldades encontradas pelos professores, nem visam à troca de experiências e as decisões tomadas de maneira conjunta.

Há uma busca intencional de consenso sobre os problemas e soluções sem, todavia, esconder as diferenças, os interesses pessoais, os conflitos, as divergências, as relações de poder. A escola é um lugar de debate entre interesses em jogo, em que se negocia continuamente a realidade, significado e valores.

Sobre esse tema Oliveira (2001) argumenta:

Ao mesmo tempo, é um espaço de convivência de diferentes culturas; não há, pois, que esperar relações sempre harmoniosas. Por outro lado, respeitar a subjetividade e a identidade cultural não pode resultar em uma posição relativista em que tudo se aceita, sem definir princípios mínimos de convivência e trabalho.

Desenvolver e promover uma educação participativa, onde possamos buscar estratégias de concentração, mediar e diminuir conflitos gerados em sala de aula constitui um dos muitos desafios da equipe gestora das unidades de ensino.

As mudanças na escola e nas motivações e disposição do grupo de profissionais, a fim de instituir uma cultura organizacional, dependem de a instituição constituir um lugar de aprendizagem ou uma comunidade de aprendizagem. Como temos insistido, a escola é o local de trabalho dos professores, no qual aprendem sua profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na formação que muitos de nós professores tivermos é possível perceber também a importância de demonstrar através de ações práticas o respeito pelas diversidades regionais, culturais, políticas existente no país, despertar e motivar entre os alunos e toda a comunidade escolar a importância de que todos podem ter acesso ao conhecimento e a cidadania. É importante também sempre que possível questionar a realidade formulando-se problemas e tratando-se de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação.

Por em prática a gestão participativa implica ter consciência de que as formas de organização mais comuns nas escolas são centralizadoras, burocráticas e inibidoras da participação. Por isso, é preciso mudar mentalidade, saber como introduzir inovações e como se instituem novas práticas.

A mudança de uma cultura organizacional instituída ou de representações que as pessoas têm sobre o funcionamento da escola é um processo complexo, no qual influem a história de vida, os modos de pensar e agir já consolidados, as atitudes, de acomodamento, a resistência à mudança de práticas que a pessoa acha que estão dando certo etc. Portanto, a introdução de inovações precisa ser efetuada de modo planejado, cuidadoso, implicando ações e procedimentos muito concretos.

O modo de agir das pessoas está ligado a conceitos subjetivos, valores, opiniões, convicções, preferências e interesses ancorados em prática de muitos anos, sendo, portanto, de difícil mudança. Por isso, é necessário admitir que boa parte das inovações ou das mudanças que o sistema ou a direção querem introduzir na escola não reflete a ideia dos professores. Além disso, muitas vezes os professores estão cobertos de razão em suas atitudes de resistência.

Pode ocorrer, por exemplo, que achem a ideia boa, mas discordam do momento ou do modo de decidir sobre ela, ou se lhe opõem por acreditarem que ainda não existem as condições necessárias para desenvolvê-la.

Seja como for, o melhor meio de promover a gestão participativa é instaurar a prática da participação em um clima de confiança, transparência e respeito às pessoas. Independentemente da importância de os membros da equipe tomarem consciência da necessidade da participação na construção de nova cultura organizacional.

É necessário, para isso, que os dirigentes da escola busquem apresentar com muita clareza o que esperam da inovação que querem introduzir, mediante formas participativas de discussão e de tomadas de decisão. Ao mesmo tempo, devem considerar as inseguranças, as dificuldades, o medo de cometer erros com que as pessoas enfrentam a inovação, seja por causa da própria visão que têm da inovação, seja por causa do uso que pode ser feito dela.

Com relação aos objetivos propostos para a realização desta pesquisa, foi possível observar que a interação e a participação da comunidade na elaboração do projeto político pedagógico são muito recentes na cultura da comunidade escolar, muitas vezes relacionadas pela falta de informação dos atores que a compõem.

O objetivo maior dessa pesquisa foi demonstrar que participar da organização da escola e saber organizar seu trabalho na sala de aula são atividades que requerem habilidades de planejamento. O projeto político pedagógico e os planos de ensino precisam apresentar com clareza as funções sociais e pedagógicas da escola, os objetivos, os meios e as atividades. Cabem aos professores desenvolver competências para realizar diagnósticos, definir problemas, formular objetivos, gerar soluções e estabelecer atividades para alcançar objetivos.

Refletindo sobre a minha prática cotidiana e na elaboração desta monografia, tem sido um momento muito rico, pois está sendo constantemente alimentada por muitas coisas boas. Creio que estou me tornando uma nova professora por que não dizer 'um novo ser humano' que a partir do início deste curso de formação, tem adquirido novos conhecimentos e repensando as práticas pedagógicas e a gestão da mesma, apesar de todas as mudanças ocorridas na reforma do ensino brasileiro destacando a importância da construção do projeto político pedagógico. Posso afirmar que me sinto mais segura com um novo olhar e disposta a viver e a construir uma história na educação, respeitando os meus gestores, os meus colegas, os meus alunos, seu ambiente e suas construções anteriores.

Outra mudança extremamente significativa foi autonomia na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da unidade de ensino, onde a mesma terá a liberdade de elaborar conforme a realidade de sua unidade um projeto que sem dúvida, promoverá ampla gama de oportunidades de aprendizagem, compatibilizadas pela população estudantil, cuja característica genuína é a diversidade. Pois este instrumento de participação da comunidade escolar, mediador da democratização do ensino e da redução de barreiras à aprendizagem dos alunos. Como gestores têm que pensar a escola como um espaço cultural favorável à transformação pessoal-social dos seus integrantes, mediante oportunidades de pertencimento e interpessoalidade. Neste sentido, o projeto político-pedagógico comparece como um processo participativo de tomada de decisões coletivas que, mediante o chamado agentes educativos possibilita compartilhar os modos de ser e fazer educação na escola (VEIGA, 1995).

Ao longo desses 17 anos de atuação em sala de aula, o que eu pude perceber ao recordar e fazer uma reflexão realizando essa atividade e fazendo as leituras indicadas dos textos de apoio é que a mudança e o papel do gestor vêm melhorando ao longo do tempo, tive gestores comprometidos com o a escola não só como gestor, mas também um líder de grande atuação tanto política como pedagógica e interagindo com a comunidade local. Gestores que se capacitaram após a instituição da Lei da Gestão Democrática na SEEDF. Isso a meu ver é um grande avanço, é claro que estamos ainda dando os primeiros passos, mas evoluímos bastante e teremos com certeza através da capacitação da vontade, do empreendimento e do conhecimento gestão de qualidade onde o nosso aluno e toda a comunidade escolar estarão envolvidos nos projetos que a escola propõe em benefício de todos, construindo ambiente acolhedor de ensino e aprendizagem, de cidadania, de respeito, de resgate aos valores, um ambiente mais humanizado e comprometido com a sociedade e com todos que ali trabalham, estudam e que todos que estão se sintam pertencentes ao lugar.

Gostaria de concluir esse relato que nós professores e gestores da rede pública de ensino, sabemos por que as vivenciamos todos os dias, de todas as dificuldades, de todas as perguntas que merecem respostas. Sofremos com a falta de perspectiva, com o desinteresse dos alunos, com os baixos salários, com a falta de condições de trabalho e ao mesmo tempo somos pressionados, todos os dias, a achar soluções para os problemas, carregando na maioria das vezes uma culpa que não é apenas nossa.

Por outro lado, temos consciência dos nossos esforços e observamos todos os dias prática criativa e persistente de milhares de bons educadores e gestores que temos em nossa rede de ensino que, a despeito das dificuldades, tem realizado uma educação com bons resultados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, A. C. **A gestão democrática e os canais de participação dos estudantes.** *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 3, n. 4, p. 253-266, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>.

BARBATO, Silvine. **Metodologia de Pesquisa Qualitativa.** Brasília: Editora UnB, 2008.

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional – Lei N.º 9394/96.** Brasília: Departamento de Imprensa Nacional (Diário Oficial da União, 1996.).

BRASLVSKY, Cecília. **As novas tendências mundiais e as mudanças curriculares no ensino médio do Cone sul da década de 90.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em maio de 2014.

COSTA, Jorge Adelino da.; FIGUEIREDO, Sandra. **Quadros de referência para o desempenho dos líderes escolares.** Ensaio: aval. pol.públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 21, n. 79, p. 183-202, abr./jun. 2013

DALBERIO, M. C. **Gestão democrática e participação na escola pública popular.** *Revista Iberoamericana de Educación*, n. 47/3. Organización dos Estados Iberoamericanos para laEducación, laCiencia y la Cultura, out/2008, p. 1-12.

DISTRITO FEDERAL.

Lei 4.751/2012 (Lei da Gestão Democrática no Distrito Federal).

GALINA, I. F.; CARBELLO, S. R. C. **Instâncias colegiadas: espaços de participação na gestão democrática da escola pública.** Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2008.

GONÇALVES, A. M. **Espaço de participação coletiva: a implementação do projeto político-pedagógico na escola pública a partir das representações sociais docentes.** ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO – ENDIPE, 16. Campinas, SP: Unicamp, 2012. p. 11-22.

GRANVILLE, Maria Antonia (org.). **Sala de aula: Ensino e aprendizagem.** IN: Gomes, José Amâncio de (org.). **Sala de Aula: Ensino e aprendizagem: O Trabalho em grupo e a avaliação: enfrentando as dificuldades de avaliação do desempenho dos alunos.** Campinas, SP: 2008. Cap. 7, p. 123-143.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Erisevelton Silva. **O Diretor e as avaliações praticadas na escola.** Editora Kiron, Brasília-DF, 2011. (p. 51 – 55).

MARQUES, L. **A formação de uma cultura democrática na gestão da escola pública: analisando o discurso dos conselheiros escolares.** *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 33, n. 121, p. 1175-1194, out.-dez. 2012. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

MARTINS, Ângela Maria. **Gestão e autonomia escolar: um estudo comparado Brasil/Portugal.**

Metodologia do Trabalho Científico, Metodologia: **Método Científico e Pesquisa Científica.** Método de Pesquisa Aplicado a Segurança Pública, Apostila , UCB, 2012.

OLIVEIRA, J. F.; MORAES, K. N.; DOURADO, L. F. **Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação.** In: BRASIL. Ministério da Educação. *Escola de gestores*, s/d. Sala Ambiente Políticas e Gestão na Educação. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf>.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES Karine Nunes.; DOURADO, Luiz Fernandes. **Autonomia da Escola: Conceitos básicos.** Material elaborado para a Escola de Gestores do Ministério da Educação- MEC, 2008.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES Karine Nunes.; DOURADO, Luiz Fernandes. **Autonomia decretada e autonomia constituída.** Material elaborado para a Escola de Gestores do Ministério da Educação- MEC, 2008.

PRADO, Guilherme. do Val Toledo.; SOLIGO, Rosaura. **Memorial de formação – quando as memórias narram a história da formação...** In: PRADO, G. do V. T.; SOLIGO, R. **Porque escrever é fazer história.** (Orgs.). Campinas, SP: Graf. FE, 2005b, p.47-62.

SOUZA, A. R. **Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática.** *Educação em Revista*. Belo Horizonte, v.25, n.3, p.123-140, dez. 2009.

SOUZA, Ângelo Ricardo et al. **Avaliação institucional: a avaliação da escola como instituição.** In: Escola de Gestores da educação básica. 2 ed. 2009. CD-ROM.

VIEIRA, José de Souza. **Projeto pedagógico: sentido social e político da gestão da escola.** In: MACHADO, M. A. M. (Org.). Construindo saberes e práticas de gestão na escola pública. Brasília: CONSED, 2006, p. 189-199.

VEIGA, I. P. A. (Org), **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** Campinas, SP: Papyrus, 1995. P. 11-33.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva.** In:

APÊNDICE

APENDICE - A
QUESTIONÁRIOS

GESTÃO DEMOCRÁTICA – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.

AS QUESTÕES A SEGUIR SERÃO PESQUISADAS SOBRE O DIAGNÓSTICO DA UNIDADE DE ENSINO CEM JÚLIA KUBITSCHKE DA CANDANGOLÂNDIA.

- 1) Que características (sociais, econômicas, culturais) têm a comunidade, a escola e a clientela a que a escola atende?
- 2) Como se apresenta a realidade da escola hoje?
- 3) Que características tem a gestão escola?
- 4) Como se dá a participação da comunidade na gestão da escola?
- 5) Que formas de organização escolar são adotadas?
- 6) Como estão as relações interpessoais no interior da escola?
- 7) Que características têm o trabalho pedagógico desenvolvido na escola?
- 8) Como se apresenta os resultados da aprendizagem?
- 9) Que processos de instrumentos de avaliação são utilizados?
- 10) O que nos falta para sermos o que desejamos?

QUESTÕES SOBRE A ELABORAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA A COMUNIDADE ESCOLAR

- 1) Você costuma participar da construção e elaboração PPP da sua escola?
() Sim. () Não. () Nem sempre. () Nem sei o que seja isso.
- 2) A finalidade da escola, a sua estrutura organizacional, o currículo, o tempo escolar, o processo de decisão, as relações de trabalho e a avaliação, são temas e assuntos que deverão ser debatidos quando for construir o PPP da escola?
() Sim. () Não. () Nem sempre. () Nem sei o que seja isso.
- 3) Você concorda que os valores, crenças, decisões políticas e princípios éticos devem ser debatidos quando se esta construindo o PPP?
() Sim. () Não. () Nem sempre. () Não acho importantes discutir esses temas.
- 4) Você acredita na possibilidade da escola ser autônoma em suas decisões?
() Sim. () Não. () As vezes. () Nem sempre.
- 5) Você acha importante que a unidade de ensino junto com a comunidade escolar construa um código de ética que venha constar no PPP da unidade de ensino?
() Sim. () Não. () As vezes. () Nem sempre.
- 6) Você se sente munido de competência para participar da elaboração do PPP da sua unidade de ensino?
() Sim. () Não. () As vezes. () Nem sempre.
- 7) A equipe gestora da unidade de ensino realiza ou já realizaram um trabalho de sensibilização nos vários seguimentos da escola sobre a importância do PPP?
() Sim. () Não. () As vezes. () Nem sempre.
- 8) Você considera a construção do PPP, apenas uma exigência burocrática e formal da Secretaria de Estado e Educação do DF?
() Sim. () Não. () As vezes. () Nem sempre.
- 9) Você acredita que o PPP é um instrumento de melhoria da qualidade da escola?

Sim. Não. As vezes. Nem sempre.

10) Você acredita que o PPP precisa ser construído coletivamente com responsabilidade e compromisso?

Sim. Não. As vezes. Nem sempre.

QUESTÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE OUTRAS INSTÂNCIAS QUE FAZEM PARTE DA COMUNIDADE ESCOLAR.

1) Você conhece ou tem conhecimento sobre o Conselho Escolar desta unidade de ensino?

Sim. Não. Não tenho interesse em saber.

2) A unidade escolar de ensino tem um espaço de mobilização, participação e negociação na elaboração do PPP?

Sim. Não. As vezes. Não tenho conhecimento desse espaço.

3) A construção do PPP desta unidade propõe ouvir todos os segmentos da comunidade escolar?

Sim. Não. As vezes.

4) Existe uma mobilização feita pela equipe gestora na unidade de ensino que contemple toda a comunidade escolar inclusive alunos e os seus responsáveis?

Sim. Não. Não tenho conhecimento sobre isso.

5) Quais seriam na sua opinião a melhor forma de ou maneira de participação da elaboração do PPP?

Participação individual. Grupal. Plenária.

6) Você conhece o plano de intenção da sua escola?

Sim. Não. Nem sei o que seja isso.

7) A organização do tempo e as propostas avaliativas são adequadas e atende todas as necessidades de ensino e aprendizagem dos alunos?

Sim. Não. Nem sempre.

8) Existe na unidade de ensino alguma proposta organizada pelos professores para cumprir as necessidades originadas pelas intenções educativas?

() Sim. () Não. () Nem sei o que seja isso.

9) A gestão administrativa da unidade de ensino atende e viabiliza o trabalho pedagógico da instituição?

() Sim. () Não. () Nem sempre.

10) Você tem conhecimento sobre os programas que a sua escola é contemplado?

() Sim. () Não. () Nem sempre.

QUESTÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS NA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.

1) Você já ouviu falar sobre o Projeto Político Pedagógico da sua escola?

() Sim. () Não.

2) De que forma você aluno pode contribuir na construção do Projeto Político Pedagógico da sua escola? Cite algumas situações.

3) A equipe gestora da sua escola abre espaço para discutir e explicar o venha ser o Projeto Político Pedagógico?

() Sim, () Não. () Nem sempre.

4) Você concorda que os alunos devem participar efetivamente dos espaços de convivências? Justifique a sua resposta.

5) Você concorda que o PPP é um instrumento que orienta e possibilita a operacionalização da autonomia da Escola?

() Sim. () Não. () Nem sempre.

6) Como você ver a sua unidade escolar? Dê exemplos.

7) Quais são os seus desejos e expectativas, em relação a sua escola? Cite alguns.

8) A sua escola utiliza recursos tecnológicos para divulgar suas atividades pedagógicas?

() Sim. () Não. () Nem sempre.

9) Existem lideranças e representações estudantis na sua escola?

() Sim. () Não. () Nem sei o que seja isso.

10) Você acredita que a sua escola possa ter uma identidade? De que forma você pode fazer parte da construção dessa identidade?

ANEXOS

GESTÃO DEMOCRÁTICA – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.

AS QUESTÕES A SEGUIR SERÃO PESQUISADAS SOBRE O DIAGNÓSTICO DA UNIDADE DE ENSINO CEM JÚLIA KUBITSCHK DA CANDANGOLÂNDIA.

01) Que características (sociais, econômicas, culturais) têm a comunidade, a escola e a clientela a que a escola atende?

R: “Sociais: bastante heterogênea, pois a Candangolândia existem contrastes culturais diferenciados. B) Econômicas: o poder econômico de uma boa parte da comunidade é elevado, mas ao mesmo tempo, percebe-se que existe outra parcela com poder aquisitivo bem menor, vivendo com ajuda dos projetos sociais do governo. C) Cultural: é bem diversificado, encontramos pessoas de boa parte de nosso país, em especial do nordeste. Quase sempre os filhos repetem a história os pais. Embora Brasília venha a oferecer grandes oportunidades nem sempre são aproveitados por falta de interesse e conhecimento”.

R: “Alunos de classe baixa, média com pouco acesso aos meios de cultura tais como teatro exposições, livros”.

R: “A clientela do CEM da Candangolândia é uma clientela diferenciada em relação as demais unidades administrativas. Os alunos apresentam boas condições sócio, econômica e culturais. Tem acesso com facilidade a cultura e as novas tecnologias e etc.”.

R: “É uma comunidade pequena, classe média e bem organizada”.

R: “Muitos alunos têm a família desestruturada, alguns se envolvem com drogas, têm baixo poder aquisitivo, mas fazem questão de ter aparelhos celulares modernos e com muitos recursos. Há muita diversidade, mas pouco interesse pelos estudos”.

R: “A cidade é antiga, sendo assim a maioria da população é classe média, no entanto, os alunos do noturno são pessoas de baixa renda, que trabalham durante o dia e freqüentam a escola noturna”.

R: “Clientela multifacetada e diversa, constituída por vários sócio-econômico abrangente”.

R: “A nossa comunidade aqui na Candangolândia é muito carente tanto na parte econômica, mas principalmente cultural”.

R: “É uma comunidade carente com baixo índice de conhecimento e a maioria das famílias é desestruturada”.

R: “É uma população de classe social mediana, econômica e cultural. É formada, em sua maior parte, jovens, infelizmente com grande envolvimento com drogas e famílias desestruturadas.”

R: Não houve resposta dessa questão.

R: “A maioria da comunidade é remanescente dos pioneiros, com situação econômica estável na maior parte da cidade, padrão C na economia, porém nas adjacências existe uma população de baixa renda, que costuma residir em cortiços e casas de aluguel culturalmente pobre e comércio fraco”.

R: “Instalada em cidade satélite do DF, atendemos a alunos de classe E, D e C. Pais pouco participativos, comunidade com dificuldade econômica, se vestem de forma inadequada e a grande maioria tem gosto musical”.

R: “Características heterogêneas oscilando entre condições de vida e materiais precária/média e alta, com diversos tipos de cultura e acesso à cultura. Desinteresse/ indisciplina/baixa auto estima/ baixo rendimento escolar/ evasão/ repetência / conflitos etc”.

R: “A comunidade escolar da Candangolândia se apresenta de forma muito heterogênea em seus aspectos socioeconômicos e culturais devido à influência emigração das famílias de vários estados da federação”.

02) Como se apresenta a realidade da escola hoje?

R: “A Escola hoje é vista como um depósito de gente. Os projetos são muitos, mais muitas vezes não são aplicados de maneira adequada, pois a burocracia é muito grande, inviabilizando a concretização dos mesmos. Nem sempre temos pessoal disponível, desinteresse do sistema e as mazelas de sempre”.

R: “Alunos despreparados, ociosos, desinteressados”

R: “Hoje a escola “organização” projeto de forma desorganizada e descontextualizada. Alguns professores não são envolvidos nas atividades por falta de interesse da profissional e da própria escola”.

R: “A estrutura física é grande, recebe alunos do 6º ano ao ensino médio nos turnos da manhã e tarde, eja à noite”.

R: “Os alunos de um modo geral, são desmotivados para a realização das tarefas escolares os professores são insatisfeitos com o comportamento, indisciplinados dos alunos. Há dificuldade de diálogo entre os segmentos: direção, professores, alunos”.

R: “Alunos sem pré-requisitos um pouco desinteressados porque não conseguem alcançar os conteúdos”.

R: “A escola possui boa infra-estrutura, mas sofre com a falta de professores principalmente no noturno”.

R: “Infelizmente a escola pública está um caos e nossa realidade não é diferente pois nos temos estrutura para realizar um bom trabalho”.

R: “Desmotivada e contando com a facilidade que a escola pública aprovam os mesmos a cada ano sem o mínimo de conhecimento das matérias ministradas”.

R: “É uma escola recém construída, dentro dos padrões modernos e que possui uma estrutura boa, bons recursos didáticos e pedagógicos”.

R: “A escola do noturno está dentro da expectativa, claro que sempre precisa melhorar as condições tanto no aspecto material como o social”.

R: “Em uma tentativa de um bom caminho, mas com poucas expectativas de melhora”.

R: “A realidade é difícil, o ambiente de trabalho não é saudável nem adequado. Existe muito desgosto, estresse e desacordo entre as decisões tomadas e as praticadas. Os alunos se demonstram desinteressados, imaturos e despreparados”.

R: “Em processo de reestruturação, buscando mudanças que possam revitalizar o processo ensino aprendizagem. Alto índice de reprovação/violência/conflitos/pouca participação dos pais

R: “A realidade é de pouca participação da família, pouco compromisso dos pais e grande dificuldade da escola em assumir praticamente sozinha esta realidade.”

03) Que características tem a gestão escolar?

R: “Na minha opinião a gestão escolar tem como função, promover o bom andamento da Escola, criando as condições necessárias em todos os aspectos, disponibilidade de material, criação de um ambiente acolhedor, buscar uma maior interação entre os professores, alunos, direção, facilitar o diálogo, trabalhar em conjunto com a maior autonomia, visando sempre o crescimento do aluno como um todo”.

R: “Gestão democrática, ainda em processo de conhecimento”.

R: “A gestão escolar não tem sido eficiente em diversos aspectos: organizacionais, colaborativo, ações de forma geral, às vezes parece que não temos um “plano de gestão”.”

R: “A direção escolar é bem receptiva para críticas e sugestões”.

R: “Procura resolver os problemas, mas existem muitas pendências decorrentes de situações complexas e estressantes. E uma direção nova (começou neste ano), inexperiente e sem muito preparo”.

R: “A gestão é democrática, mas o noturno é abandonado; existe pouco ou nenhum projeto exclusivamente para atender o noturno”.

R: “A gestão é atuante, apesar de que em 6 meses na instituição ainda hoje desconheço a direção”.

R: “Os gestores fazem o que podem são ativos, eficiente conforme a realidade permite”.

R:”São eleitos professores sem o conhecimento básico em administração escolar e pouco conhecimento das leis “usam a política”.

R: “Geralmente não é tão participativa/democrática. Por tratar-se de colegas-profissionais, às vezes fica a desejar, pois há uma mistura entre deveres/direitos e trocas de gentilezas (benefícios dos amigos).”

R: “Acredito que seja democrática, pois houve as ideias de todos os professores, alunos, funcionários e a comunidade”.

R: “Foi eleita com maioria, mas ainda não acertou o passo. Falta comunicação entre eles e há bloqueios entre ela e o professorado”.

R: “Um tanto autoritária uma vez que o que é decidido em conjunto, pelo grupo de funcionários é acatado e as decisões são impostas. A democracia apenas apareceu no processo de eleição”.

R: “Aberta, porém com séria dificuldade de executar o que é decidido juntamente com a comunidade escolar”.

R: “Democrática, aberta com boa disponibilidade, porém com muita dificuldade de lidar com os problemas que a realidade da escola apresenta e dificuldade de deliberar sobre os assuntos de sua competência”.

04) Como se dá a participação da comunidade na gestão da escola?

R: “A participação da comunidade é inexistente, pois não existe uma cultura e conscientização da importância dos pais no processo de formação dos seus filhos. Quase sempre deixando tudo para a Escola, com certeza é necessário desenvolver todo um trabalho por parte da escola, visando reverter esse quadro. Quando todos os pais se conscientizarem, com certeza teremos uma escola de qualidade e conseqüentemente um país melhor e mais igualitário”.

R: “Pouca participação, mesmo quando convocados a participação é mínima”.

R: “A comunidade não é muito atuante no meu ponto de vista”.

R: “A comunidade escolar participa pouco das reuniões”.

R: “A comunidade não tem uma interação suficiente para que se estabeleça um diálogo que propicie a solução dos problemas”.

R: “Não sei o que dizer, não sei a comunidade como todo, apenas os docentes, coordenações são feitas para organizar o trabalho pedagógico nunca com a participação do todo comunidade escolar”.

R: “Por trabalhar poucos dias na instituição e a noite, não possuo base suficiente para responder tal questão”.

R: “Infelizmente a meu ver, a comunidade não se envolve como deveria, para se ter uma escola melhor”.

R: “Não são participativos, principalmente os pais de alunos problemáticos e indisciplinados”.

R: “Quase nula! A comunidade pouco se envolve, exceto quando o caso é grave”.

R: “Não estou informada sobre a participação da comunidade”.

R: “É pouquíssima, quase nula.

R: “A participação da comunidade como um todo é nula. O corpo docente é escutado e não tem voz, os discentes dizem não ter um diretor e os pais não participam”.

R: “Ensino médio regular, EJA desde a alfabetização até o Médio”.

R: “Pouca participação. Não vejo interesse da comunidade em se envolver com as questões administrativas e participar das decisões em relação ao funcionamento da escola”.

R: “De forma bastante tímida e insuficiente”.

05) Que formas de organização escolar são adotadas?

R: “A organização da Escola como uma instituição de ensino, depende do trabalho coletivo e participativo de todos, desenvolvendo e respeitando as diferenças de maneira respeitosa e responsável por parte de todos”.

R: “A escola funciona em três turnos, ensino fundamental no período vespertino, ensino médio no período matutino, EJA e ensino regular no noturno”.

R: “Tentativa de cobrança de uniforme escolar para os alunos, “controle de horário, de controle e saída dos alunos, salas ambiente”.

R: “A escola funciona em três turnos: manhã é o ensino médio, tarde ensino fundamental II e noite EJA”.

R: “A forma é padrão; com atividades pedagógicas seguindo o conteúdo programático; mas ultimamente tem havido a atuação de outras instituições que levam projetos para a escola e que têm desorganizado o ambiente por falta de uma interação maior que o planejamento da escola”.

R: “Ensino médio regular, EJA desde a alfabetização até o Médio”.

R: “Não consigo definir plenamente através do trabalho da I.E, suas formas de organização”.

R: “São pautadas segundo grupo de gestores nas diretrizes nacionais e do Conselho Nacional de Educação”.

R: “Desconheço”.

R: “A adotada pela secretaria, só. Não há abertura para uma administração/gestão diferente dos padrões. A estrutura é engessada não oportunizando inovações até mesmo pelo quantitativo de pessoal”.

R: Não respondeu por que essa pergunta não estava digitada na folha do entrevistado.

R: “São planejados o calendário e as festividades”.

R: “Na atual conjuntura não há organização na escola, fator este percebido por todos os componentes da comunidade escolar”.

R: “Plano de ação; Projetos: Avaliações Contínua; Diálogo/ Parceria; Atende ao E.F. e E. M./EJA; Possui laboratórios: Informática/ Biologia/Física. Tem boa estrutura física; Quadra de esporte e sala de vídeo”.

R: “A escola oferece ensino básico com EJA no noturno e semestralidade para o Ensino Médio. Possui estrutura física ótima, com laboratórios de: Informática, Biologia e Física, Sala de Vídeo equipada e quadra de esportes coberta”.

06) Como estão as relações interpessoais no interior da escola?

R: “As relações interpessoais no interior da escola precisa melhorar no que diz respeito ao diálogo entre os colegas e a direção, onde todos possam falar a mesma língua, ou seja, colocar em prática o que for acordado entre o grupo de maneira clara e objetiva”.

R: “Acontecem alguns problemas de comunicação”.

R: “Difíceis principalmente a comunicação entre equipe gestora e professores. Relacionamento professor/aluno e conflitos”.

R: “Tem algumas discussões, umas no geral todos se entendem”.

R: “Neste ano estão tensas devido aos conflitos mal resolvidos, dificuldade no cumprimento dos acordos pré- estabelecidos durante as reuniões de coordenação”.

R: “Quase inexistente, relações cordiais sem muita profundidade”.

R: “Boas”.

R: “As relações interpessoais são ótimas, nós nos reunirmos e garantimos um trabalho digno aos nossos alunos”.

R: “Acho que não tem, pois não há comunicação em tempo hábil “improvisado””.

R: “São boas a convivência é tranquila. O grupo não aceita ordens sem questionar a validade da obediência”.

R: Não pode responder pela falta dessa questão na folha de entrevista.

R: “Eram ótimas, estão agora desgastadas pelos constantes descumprimentos dos acordos”.

R: “Apesar de existirem alguns casos, com exceção, em que é possível criar laços afetivos mais fortes, as relações são mais desconfiança, reclamação, insatisfação e tensão”.

R: “Trincadas falta de comunicação, esclarecimentos, transparências e cumprimento de acordos”.

R: “A escola se encontra em processo de construção de relações mais harmoniosas e acertando os acordos já que a atual direção é recente. Fase de adaptação, mas apresenta crescimento e fortalecimento das relações afetivas”.

07) Que características têm o trabalho pedagógico desenvolvido na escola?

R: “O trabalho pedagógico nem sempre segue uma mesma linha de ação, fica sempre muito solto, onde cada professor passa fazer o seu trabalho de maneira individual, mas sempre respeitando as normas”.

R: “Não é organizado e há muita dispersão por parte do grupo”.

R: “Sinceramente não percebi ainda a linha pedagógica adotada pela escola”.

R: “O trabalho é bem conteudista, mas tem espaços para projetos”.

R: “Neste ano estão sendo desenvolvidos projetos nas três áreas de conhecimento (Código, Humanas e Exatas) que ocorrem paralelamente com o desenvolvimento dos conteúdos das disciplinas e tem uma culminância no final de cada bimestre”.

R: “Confuso cada professor trabalha de seu jeito. Não há projeto interdisciplinar”.

R: “Os trabalhos segue um percurso dirigido pela coordenação pedagógica em maior parte do que pela direção”.

R: “A base do trabalho pedagógico é aprender, cabe ao professor que é ao mesmo tempo o sujeito do processo de ensino, o elemento decisivo e decisório no ensino”.

R: “Os coordenadores e supervisores pedagógicos trabalham para a direção e não para a comunidade escolar”.

R: “É um “trabalho de formiga” que aos poucos ganha espaço”.

R: Essa pergunta não estava digitada na página do entrevistado.

R: “Cada professor por si”.

R: “O trabalho pedagógico é individual realizado apenas por alguns profissionais. Este trabalho não é desenvolvido de forma coletiva, nem de reunião ou apoio”.

R: “Ativo. Em processo de execução dos projetos propostos no PPP e busca contínua de aprimoramento”.

R: “Dinâmico, participativo com projetos previstos no PPP sendo cada projeto previsto para cada bimestre”.

08) Como se apresenta os resultados da aprendizagem?

R: “O resultado nem sempre é insatisfatório, pois nossos alunos são quase sempre despreparados, com uma grande deficiência em termo de leitura, escrita e compreensão do texto”.

R: “Resultados fracos, alunos com desempenho ruim”.

R: “Através de provas, trabalhos. Os resultados são apresentados em notas bimestrais”.

R: “Significativo, os alunos (no geral) são um pouco desinteressados”.

R: “Os resultados tem sido insatisfatórios devido ao desinteresse dos alunos no desempenho dos trabalhos e ao baixo rendimento nas provas”.

R: “No geral o rendimento é baixo”.

R: “Aparentemente bons”

R: “Planilhas que controlam a aprendizagem”.

R: “Maquiados, pois os resultados não revelam a aprendizagem e competência a que se propõe”.

R: “Abaixo do esperado. A parcela/público aluno tem outros interesses que ganham da escola”.

R: Esta questão não estava digitada na folha do entrevistado.

R: “Alto índice de reprovação, frustração. Excetuando algumas realizações pessoais”.

R: “Os resultados são péssimos. As notas são baixas, o desinteresse é enorme não acontecem mecanismos de punição para atitudes indevidas, na há entrega de atividades por parte dos alunos”.

R: “Baixo. Há um desinteresse por parte dos estudantes, onde o nível de aprendizagem não corresponde às expectativas”.

R: “O rendimento está insatisfatório devido a falta de compromisso e foco dos alunos”.

09) Que processos de instrumentos de avaliação são utilizados?

R: “Os instrumentos utilizados quase sempre são os mesmos. Avaliamos sempre por meio de análise de textos, estudos dirigidos, trabalho de grupo, filmes, palestras e provas e compreensão de textos etc.”.

R: “Provas, trabalhos, projetos e participação”.

R: “Provas, trabalhos e apresentações culturais”.

R: “Provas, trabalhos e participação”.

R: “Trabalhos escritos (individuais e em grupo) apresentação oral (geralmente em grupo), verificação do cumprimento de tarefas no caderno, projetos nas áreas de conhecimento e provas”.

R: “Provas e trabalhos”.

R: “No segmento que atuo há o predomínio de prova somativa”.

R: “Fichas individuais, testes, provas, relatórios, portfólios e auto avaliação”.

R: “Provas bimestrais, apresentação de trabalhos e participação em eventos: feira de ciências”.

R: “Provas, testes, estudos dirigidos, seminários, trabalhos expositivos, cadernos, livros, tarefas”.

R: “Prova escrita, seminários, trabalhos avaliativos”.

R: “Provas teóricas, trabalhos e feiras”.

R: “Para a avaliação institucional, foi aplicado uma dinâmica questionadora e investigativa, apenas para o corpo docente, com a finalidade de receber informações mais que tudo sobre o trabalho da direção”.

R: “Trabalhos, provas, seminários e pesquisas”.

R: “Provas, testes, seminários, torneios, estudo dirigido e pesquisa”.

10) O que nos falta para sermos o que desejamos?

R: “Maior desempenho por parte das autoridades competentes, comprometimento, valorização profissional, maior autonomia para os gestores no que diz respeito à aprovação de alunos, que nem sempre estão preparados para acompanhar séries seguintes”.

R: “Melhor comunicação, participação do grupo na construção do PPP”.

R: “Falta muito. Primeiro uma definição dos objetivos pedagógicos, uma relação melhor nos aspectos organizacionais; maior cooperação por parte de todos”.

R: “Falta à comunidade participar mais e os alunos terem maior comprometimento”.

R: “Um trabalho de equipe em que haja uma maior integração entre a direção e os professores, uma atuação coesa dos profissionais e um diálogo maior entre professores e alunos. Além disso, falta uma melhor disciplina por parte dos alunos

e um interesse maior deles pelas atividades pedagógicas. No momento atual, um problema se reflete no outro o que complica ainda mais as situações”.

R: “Compromisso”.

R: “Ação e interação”.

R: “Governo, querer mais correr atrás, pelo menos diminuir corrupção, ética, respeito caráter etc.”.

R: “Vestir a camisa e não tratar a rede pública de ensino com um bom “bico”. Falta uma direção mais atuante e menos política”.

R: “Inovação, vontade de fazer “de todos”, sair da zona de conforto, agir, empolgar, motivar”.

R: “Mais apoio”.

R: “União e cumprimento do acordado”.

R: “Falta o cumprimento de decisões acordadas, envolvimento de todos os profissionais para a melhoria na qualidade da escola”.

R: “Falta: organização/ foco/ comprometimento/ coletividade/ e participação de todos os envolvidos na comunidade escolar”.

R: “Falta aos alunos à escola como prioridade na vida e perceberem a sua importância”.

QUESTÕES SOBRE A ELABORAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA A COMUNIDADE ESCOLAR

01) Você participou ou está participando da construção e elaboração PPP da sua escola?

() Sim. () Não. () Nem sempre. () Nem sei o que seja isso.

R: 6 professores assinalaram SIM; 5 professores assinalaram NÃO; 4 professores assinalaram NEM SEMPRE.

02) Enumere os itens abaixo que você considere mais importante e que devem ser debatidos quando se está construindo o PPP da escola?

1. Importante.
2. Menos importante.
3. Não tem necessidade de discutir e debater

() Finalidade da escola. () A sua estrutura organizacional. () O currículo. () O tempo escolar. () O processo de decisão. () As relações de trabalho. () A avaliação.

R: Finalidade da escola: 12 professores assinalaram como IMPORTANTE; 1 assinalou como MENOS IMPORTANTE e 1 assinalou como NÃO TEM NECESSIDADE DE DISCUTIR E DEBATER.

A sua estrutura organizacional: 12 professores assinalaram como IMPORTANTE; 3 assinalaram como MENOS IMPORTANTE.

O currículo: 14 professores assinalaram como IMPORTANTE.

O tempo escolar: 11 professores assinalaram com IMPORTANTE. 4 assinalaram como MENOS IMPORTANTE.

O processo de decisão: 10 professores assinalaram com IMPORTANTE. 4 assinalaram com MENOS IMPORTANTE.

As relações de trabalho: 10 professores assinalaram com IMPORTANTE. 3 professores assinalaram como MENOS IMPORTANTE e 1 assinalou como NÃO TEM NECESSIDADE DE DISCUTIR E DEBATER.

A avaliação: 14 professores assinalaram como IMPORTANTE. 1 assinalou COMO MENOS IMPORTANTE.

03) Você concorda que os valores, crenças, decisões políticas e princípios éticos devem ser debatidos quando está construindo o PPP?

() Sim. () Não. () Nem sempre. () Não acho importante discutir esses temas.

R: 13 professores assinalaram SIM. 1 assinalou NÃO e 1 assinalou NÃO ACHO IMPORTANTE DISCUTIR ESSES TEMAS.

04) Você acredita na possibilidade da escola ser autônoma em suas decisões?

() Sim. () Não. () As vezes. () Nem sempre.

R: 8 professores assinalaram SIM; 1 NÃO; 2 AS VEZES; 5 NEM SEMPRE.

05) Você acha importante que a unidade de ensino junto com a comunidade escolar construa um código de ética que venha constar no PPP da unidade de ensino?

() Sim. () Não. () As vezes. () Nem sempre.

R: 15 professores assinalaram SIM.

06) Você se sente munido de competência para participar da elaboração do PPP da sua unidade de ensino? Justifique, seja qual for a sua escolha.

() Sim. () Não. () As vezes. () Nem sempre.

R: 11 professores assinalaram SIM; 1 assinalou NÃO; 3 assinalaram que AS VEZES.

JUSTIFICATIVAS

R: “Porque tenho um grande período de trabalho como professora trabalhando diretamente com alunos em sala de aula. Isto me dá qualificação para tal”.

R: Não justificou.

R: “Pois acredito que as minhas ideias possam ser aproveitadas ou pelos menos levadas a discussão para a elaboração de outras”.

R: “Com a participação de todos a escola pode melhorar o PPP é um instrumento de melhora”.

R: “Sinto-me com potencial, mas o fato de estar 20 horas inviabiliza a minha participação nas coordenações coletivas, mas sempre que há oportunidade contribuo com minhas opiniões”.

R: Não justificou.

R: “Todos devem participar deste momento de construção coletiva”.

R: “O projeto político pedagógico é pouco debatido pelo menos no noturno”.

R: “Pois não existe um PPP que seja apreciado pela comunidade escolar”.

R: “Pela experiência e vivencia nesta comunidade escolar considero-me apta a opinar e a colaborar com a elaboração do PPP, mas existe a dificuldade “vontade e tempo” de todos há que ser um envolvimento de todos”.

R: “Quando você tem algum tempo na escola, temos mais condições de observar e participar dos quesitos que achamos necessário”.

R: “Anos de experiência docente e administrativa”.

R: “Em determinados assuntos é fácil participar e expressar um ponto de vista, mas existem aquelas áreas de desconhecimento”.

R: “Porque faço parte da escola, conheço a realidade e posso contribuir com sugestões pertinentes as necessidades da comunidade escolar”.

R: “Pois o PPP deve ser construído por todos os segmentos da comunidade escolar da qual faço parte”.

07)A equipe gestora da unidade de ensino realiza ou já realizaram um trabalho de sensibilização nos vários seguimentos da escola sobre a importância do PPP?

Sim. Não. As vezes. Nem sempre.

R: 4 professores assinalaram NÃO; 9 professores assinalaram AS VEZES e 2 professores assinalaram NEM SEMPRE.

08)Você considera a construção do PPP, apenas uma exigência burocrática e formal da Secretaria de Estado e Educação do DF?

Sim. Não. As vezes. Nem sempre.

R: 1 professor assinalou SIM; 13 professores assinalaram NÃO; 1 assinalou AS VEZES.

09)Você acredita que o PPP é um instrumento de melhoria da qualidade da escola?

Sim. Não. As vezes. Nem sempre.

R: 13 professores assinalaram SIM;2 professores assinalaram AS VEZES.

10)De quem você acha que é a responsabilidade da elaboração do PPP?

Equipe gestora. Corpo Docente. Discente. Toda a comunidade escolar. Cada representante da comunidade escolar.

R: 3 professores assinalaram EQUIPE GESTORA; 2 professores assinalaram CORPO DOCENTE; 11 professores assinalaram TODA A COMUNIDADE ESCOLAR e 1 assinalou CADA REPRESENTATE DA COMUNIDADE ESCOLAR; 1 professor assinalou TODAS OPÇÕES SUGERIDAS.

QUESTÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE OUTRAS INSTÂNCIAS QUE FAZEM PARTE DA COMUNIDADE ESCOLAR.

01)Você conhece ou tem conhecimento sobre o Conselho Escolar desta unidade de ensino?

Sim. Não. Não tenho interesse em saber.

R: 5 servidores assinalaram SIM; 1 assinalou NÃO.

02)A unidade escolar de ensino tem um espaço de mobilização, participação e negociação na elaboração do PPP?

Sim. Não. As vezes. Não tenho conhecimento desse espaço.

R: 1 servidora assinalou SIM; 3 servidores assinalaram NÃO; 1 assinalou AS VEZES e 1 NÃO TENHO CONHECIMENTO DESSE ESPAÇO.

03)A construção do PPP desta unidade propõe ouvir todos os segmentos da comunidade escolar?

() Sim. () Não. () As vezes.

R: 3 servidores assinalaram que SIM; 1 assinalou que NÃO e 2 assinalou AS VEZES.

04)Existe uma mobilização feita pela equipe gestora na unidade de ensino que contemple toda a comunidade escolar inclusive alunos e os seus responsáveis?

() Sim. () Não. () Não tenho conhecimento sobre isso.

R: 4 servidores assinalaram que SIM e 2 servidores assinalaram NÃO TENHO CONHECIMENTO SOBRE ISSO.

05)Quais seria em sua opinião a melhor forma ou maneira de participação da elaboração do PPP?

() Participação individual. () Grupal. () Plenária.

R: 2 servidores assinalaram GRUPAL e 4 servidores assinalaram PLENÁRIA.

06)Você conhece o plano de intenção da sua escola?

() Sim. () Não. () Nem sei o que seja isso.

R: 3 servidores assinalaram que SIM e 3 assinalaram que NÃO.

07)A organização do tempo e as propostas avaliativas são adequadas e atende todas as necessidades de ensino e aprendizagem dos alunos?

() Sim. () Não. () Nem sempre.

R: 2 servidores assinalaram que SIM e 4 assinalaram NEM SEMPRE.

08)Existe na unidade de ensino alguma proposta organizada pelos professores para cumprir as necessidades originadas pelas intenções educativas?

() Sim. () Não. () Nem sei o que seja isso.

R: 2 servidores assinalaram que SIM e 3 assinalaram que NÃO.

09)A gestão administrativa da unidade de ensino atende e viabiliza o trabalho pedagógico da instituição?

() Sim. () Não. () Nem sempre.

R: 2 assinalaram que SIM e 4 servidores assinalaram NEM SEMPRE.

10) Você tem conhecimento sobre os programas que a sua escola é contemplado?
() Sim. () Não. () Nem sempre.

R: 4 servidores assinalaram que SIM e 2 servidores assinalaram NÃO.

QUESTÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS NA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.

Nesta pesquisa foram entrevistados 48 alunos dos turnos matutino e noturno sendo a maioria do turno noturno.

01) Você já ouviu falar sobre o Projeto Político Pedagógico da sua escola?
() Sim. () Não.

R: 11 alunos assinalaram SIM e 40 assinalaram NÃO.

02) Você sabe o que é um Projeto Político Pedagógico?
() Sim. () Não.

R: 9 alunos assinalaram SIM e 40 assinalaram NÃO.

03) Você já foi convidado a participar de alguma decisão, de qualquer caráter, proposta pela escola?
() Sim. () Não.

R: 13 alunos assinalaram SIM e 34 assinalaram NÃO.

04) De que forma você aluno pode contribuir na construção do Projeto Político Pedagógico da sua escola? Cite algumas situações.

R: “Tendo participação ativa nos projetos”.

R: “Se fazendo ativo, e dando opiniões, para construir e melhorar o Projeto Político”.

R: “Participando juntamente aos professores das decisões, participando também de reuniões sobre o projeto político pedagógico”.

R: “Primeiramente, eu teria que ser informada sobre tal projeto, para dar o meu total apoio e me voluntariar”.

R: “Dando opiniões a respeito de novas metas que podem ser tomadas para a melhoria de nossa escola”.

R: “Não sei”.

R: “Criando grupos de apoio, para discutir e colocar em prática o que foi proposto”.

R: “Não sei, por que nunca participei de outra antes”.

R: “Eu não sei o que é o Projeto Político Pedagógico, mais pelo nome acho que dava para contribuir em várias coisas”.

R: “Não sei”.

R: “Votando para eleger melhores líderes na escola, para que eles possam representar os alunos tomando as melhores ações sobre a escola”.

R: “Ah, posso ajudá-los para que o projeto possa evoluir é assim poderemos chegar ao objetivo que PE realizá-los para todos possa participar e assim evoluímos e termos melhorar no colégio”.

R: “Dando palestras, fazer passeios que dê informação o que é”.

R: “Não jogando lixo no chão da escola não deixando os pratos ou colheres nos corredores da escola”.

R: “Votando, dando sugestões”.

R: “Palestras se entrosando mais na escola. Os alunos”.

R: “Um projeto político na escola deve haver mais participação”.

R: “Primeiro conhecendo melhor a política pedagógica da minha escola e segundo que a direção da escola venha falar sobre o assunto”.

R: “Como, por exemplo, aprender a respeitar os colegas, conviver com o próximo e principalmente saber respeitar os professores”.

R: “Passando sua opinião”.

R: “Nenhuma porque eu não sei o que é nem como funciona”.

R: “Não sei”.

R: “Não conheço”.

R: “Não sei”.

R: “Não sei”.

R: “Ajudando os alunos”.

R: “Não sei dizer por que não sei o que é ou significa projeto político pedagógico”.

R: “Em nada”.

R: “As opiniões sobre o tal tema escolhido para discutir. Ex.: como melhorar a educação na copa entre outros”.

R: “Não sei ainda”.

R: “Nenhuma”.

R: “Com dicas de novos projetos para a escola jogos, algo diferente que nunca tenha acontecido na escola, etc.”.

R: “Com sugestões de novos projetos culturais”.

R: 15 alunos não responderam essa pergunta.

05)A equipe gestora da sua escola abre espaço para discutir e explicar o venha ser o Projeto Político Pedagógico?

() Sim, () Não. () Nem sempre.

R: 3 alunos assinalaram SIM; 28 alunos assinalaram NÃO e 18 alunos assinalaram NEM SEMPRE.

06)Você concorda que os alunos devem participar efetivamente dos espaços de convivências? Justifique a sua resposta.

R: “Sim”.

R: “Sim. Melhor para ampliar e desenvolver a interação entre alunos e professores”.

R: “Sim. Porque nós os alunos fazemos parte da escola”.

R: “Sim”.

R: “Sim. Pois a escola PE para os alunos, então todos tem que participar de tudo que se trata dela”.

R: “Sim. Porque é bom nós os alunos estarmos sempre por dentro do assunto”.

R: “Sim. Porque a partir do momento em que eles se sentem pertencentes aos espaços, mais contribuíram na realização dos projetos propostos pela instituição de ensino”.

R: “Sim. Porque através de muitos projetos, recebemos espaços culturais e isso faz parte da educação”.

R: “Sim. Devem se fazer ativo e preservar a convivência em locais adequados”.

R: “Sim. Os espaços de convivência da escola são muito propícios”.

R: “Sim. Os alunos estão em grande maioria na escola, então eles deveriam saber dos espaços de convivências”.

R: “Sim. Para ficarem por dentro do que está sendo proposto para nossa escola”.

R: “Sim. Porque fazemos parte da instituição de ensino, sempre procurando melhorar”.

R: “Sim. Para maior socialização dos alunos e discussão de assunto de interesse geral”.

R: “Sim. Porque a escola a noite é muito parada não tem nem um tipo de distração então deveria ter mais eventos para ter mais convivência”.

R: “Sim. Pois a escola depende dos alunos também”.

R: “Sim. Para que possamos estar por dentro do que acontece na escola”.

R: “Com certeza. Pois é um incentivo para os alunos”.

R: “Sim. Para dar novas ideias”.

R: “Sim”.

R: “Sim. Para sabermos mais sobre o que acontece na escola”.

R: “Sim”.

R: “Sim. Eu acho que os alunos devem sim participar”.

R: “Sim. Porque assim ficamos mais aptos à realizar tarefas com facilidade”.

R: “Com certeza. Como citado acima, devemos ter respeito a todos independentemente do hoje ou de situações”.

R: “Sim. Nosso direito”.

R: “Sim. Porque nós alunos que formamos as escolas e queremos um ambiente melhor de estudo”.

R: “Sim. Pois a escola depende de nós”.

R: “Apesar de não conhecer acredito que sim”.

R: “Sim. Para desenvolver um bom meio social”.

R: “Sim. Pois evita dos adolescentes se envolverem com coisas erradas e vez de estarem participando”.

R: “Não. Porque o aluno apenas tem que vir para a escolar”.

R: “Sim. Para saber respeitar uns aos outros, limites um dos outros etc.”.

R: “Sim”.

R: “Sim. Porque a gente vai ser o futuro do mundo”.

R: “Acho que sim. Porque ia ser bom para as pessoas estarem convivendo com pessoas que nunca teriam vistos e fazendo amizades novas”.

R: “Sim. Os alunos devem ter participação e ficar a par das decisões tomadas, pois são eles os maiores afetados”.

R: 10 alunos não responderam essa pergunta.

07) Você concorda que o PPP é um instrumento que orienta e possibilita a operacionalização da autonomia da Escola?

() Sim. () Não. () Nem sempre.

R: 21 alunos assinalaram SIM; 11 alunos assinalaram NÃO e 15 alunos assinalaram NEM SEMPRE.

08) Como você ver a sua unidade escolar? Dê exemplos.

R: “Com muita deficiência em algumas áreas”.

R: “Bom, mas é pouco participativo”.

R: “Existe uma falta de comunicação entre os professores, diretores e alunos”.

R: “Como uma escola de nível superior baixo por que a gente direto não tem todas as aulas por causa da falta de professores e também por que o ensino não é relevante igual as outras escolas.”

R: “Ruim.”

R: “Com um PPP bom”.

R: “Um centro da bagunça, que ainda a desrespeito entre colegas e alunos. Que infelizmente ainda muito acontece”.

R: “Boa, bem cuidada, limpa, etc”.

R: “Fraca em algumas aulas e a ausência de professores é freqüente”.

R: “Ruim péssimo”.

R: “Como um centro de ensino”.

R: “Um local que deveria ser dedicado aos estudos e que muitos vêm com outras intenções”.

R: “Uma área de ensino”.

R: “Vejo ela deficiente poderia melhorar bastante”.

R: “Não vejo”.

R: “Vejo a minha escola como um lugar onde os professores juntos com os servidores sempre tentando melhorá-la”.

R: “Eu vejo como uma unidade de ensino boa e comprometida”.

R: “Na maioria das vezes eu acho que a escola deve melhorar no desenvolvimento”.

R: “Um meio de aprendizagem”.

R: “HEEE mais ou menos”.

R: “Muito mal organizada os alunos no período da noite a qualquer hora que ele quiser”.

R: “Muito boa”.

R: “Ah, são bem organizados”.

R: “Minha escola é bem organizada, é uma escola que participa das atividades da região e os líderes sempre procuram nos ajudar em qualquer ocasião”.

R: “Legal”.

R: “No meu ponto de vista a noite é muito parado, os alunos deixa a desejar, não procura os estudos vem para diversão e não procura futuro”.

R: “Um lugar harmonioso, onde há respeito com os alunos e professores”.

R: “Boa, o ensino é bom, os professore é bom”.

R: “Como uma boa unidade escolar, pois ela possui vários professores capacitados para nos explicar adequadamente as respectivas matérias”.

R: “Vejo como uma escola com muitos recursos só precisa ser bem distribuído, para todo mundo poder usufruir”.

R: “Depende do ponto de vista”

R: “Uma escola que tem potencial para ser uma das melhores, com infra estrutura adequada”.

R: “Minha unidade escolar é boa, mas poderia alcançar a excelência. Falta de informação os professores, como por exemplo, nossa feira cultural relacionada aos cordéis”.

R: “Vejo como uma instituição onde há “espaço”, “abertura” para que seja realizado grandes projetos, porém, ainda falta a unidade entre os setores”.

R: “Mais ou menos, em alguns motivos ou sentido é boa e em outros pontos não”.

R: “Mais ou menos”.

R: “Bom, no turno do diurno é um exemplo tanto nas disciplinas, comportamento etc. No noturno é uma bagunça, alunos entram e sai na hora que querem sem respeito nenhum falta mais da escola”.

R: “Sim o mínimo interesse de parte de alguns professores com os alunos é um problema crítico é a falta de responsabilidade de alguns não são todos, mas alguns professores”.

R: “Eu vejo como uma escola boa. Os professores explicam muito bem, eu acho essa escola boa”.

R: 9 alunos não responderam essa pergunta no questionário.

09)Quais são os seus desejos e expectativas, em relação a sua escola? Cite alguns.

R: 9 alunos não responderam essa pergunta no questionário.

R: “Que os professores não falem muito, só isso”.

R: “Acho melhor que os professores se interessasse com os alunos não faltasse dessem aula ao contrário de ficar conversando com os alunos por que existem alunos como eu preparando para o enem, vestibular, Pas e etc”.

R: “Aulas até o final do horário de saída no noturno mais atenção geral”.

R: “Precisa de mais segurança”.

R: “Desejo que os projetos que são propostos, se realizem que o que é combinado seja cumprido”.

R: “Desejo uma educação de excelência, onde dão mais valor ao estudo do proposto pela regional de ensino para que não aconteça o desfalque com colégios particulares, desejo também maior importância as culturas do país e foco aos processos eliminativos para o ensino médio (PAS, ENEM, VESTIBULAR)”.

R: “Que tenha organização, e melhore cada vez mais, pois estrutura para isso já temos”.

R: “Que ela melhore e mude a direção”.

R: “Meus desejos são mais passeios culturais, mais oficinas, minhas expectativas são mais aulas interativas com diálogo descontraídas”.

R: “Torna-se no futuro um cidadão por dentro dos assuntos da sociedade”.

R: “Desejo que melhore as condições de convivência, que tenha mais palestras etc.”.

R: “Que os alunos levem a educação mais a sério, pois o número de alunos freqüentes é muito baixo, comparando ao número matriculado”.

R: “Querida que tivesse mais eventos na escola, passeios, para que possamos ser mais íntimos dos alunos e professor”.

R: “Nenhum por enquanto”.

R: “Que os líderes procurassem tomar uma atitude sobre a falta de professores no período noturno. Escassez de aula prejudica o ensino”.

R: “Ah, que ela possa progredir mais e mais”.

R: “Que se formem muitos alunos, que continue o professores dando aulas boas”.

R: “Que de melhora nas condições da escola”.

R: “Melhora na internet. SINAL CLARO WIFI aberto mais segurança para pegar esse monte de malandro”.

R: “Que não saia totalmente qualificado, mais com base”.

R: “Que mantenha todos os alunos que se envolve com drogas fora da escola na maioria das vezes é”.

R: “A expectativa que ela venha melhorar cada vez mais”.

R: “Um pouco mais de organização. Tem horas que a escola não sabe como agir”.

R: “Não sei”.

R: “Uma escola melhor de boa”.

R: “Só quero me formar e seguir a vida”.

R: “Que algum dia quem sabe melhore...”.

R: “Aprender, evoluir e crescer na vida”.

R: “Melhorar o aprendizado”.

R: “Melhorasse as aula para que nós também melhorássemos”.

R: “Meu desejo é nada e vai continuar a mesma bosta”.

R: “Melhorias com respeito educação, mais atividades entre interclasses, passeios etc.”.

R: “Melhorias nas orientações”.

R: “Que algum dia melhore”.

R: “Que melhore no aprendizado, que venham mais professores”.

R: “Maior integração e participação a comunidade escolar”.

R: “Que a escola seja mais participativa com os alunos”

R: “Mudança. Ex.: falta de professores”.

R: 10 alunos não responderam essa pergunta no questionário.

10)A sua escola utiliza recursos tecnológicos para divulgar suas atividades pedagógicas?

() Sim. () Não. () Nem sempre.

R: 12 alunos assinalaram SIM; 21 alunos assinalaram NÃO e 13 assinalaram NEM SEMPRE.

11) Existem lideranças e representações estudantis na sua escola?

() Sim. () Não. () Nem sei o que seja isso.

R: 15 alunos assinalaram SIM; 16 alunos assinalaram NÃO e 5 assinalaram NEM SEI O QUE SEJA ISSO.

12) Você acredita que a sua escola possa ter uma identidade? De que forma você pode fazer parte da construção dessa identidade?

R: 18 alunos não responderam essa pergunta no questionário.

R: “Eu faço parte identidade, por que sou um aluno dessa escola”.

R: “Fazendo com que os alunos tenham orgulho do nome da escola1”.

R: “Acho que não sei”.

R: “Eu não sei”.

R: “Não, que eu saiba”.

R: “Acho que não, essa folha não vai mudar em nada dessa escola”.

R: “Sim, pois seria melhor “para todos” da escola”.

R: “Sim, contribuindo”.

R: “Sim, claro, lógico”.

R: “Não sei”.

R: “Sim, fazendo projetos para mudar”.

R: “Contribuindo com um ambiente limpo para que todos nós possamos viver bem e com saúde”.

R: “Sim, sendo mais informados do que acontece na escola, não só eu como todos os alunos”.

R: “Acho que a escola deve ter motivo que a desenvolve possa contribuir e ajudar os alunos com melhores ensinios”.

R: “Não sei”.

R: “Sim”.

R: “Acredito que tenha pois é uma escola que tem uma ótima estrutura. Posse ser um incentivador dos alunos”.

R: “Sim.”

R: “Não sei”.

R: “Acredito sim, fazendo com que o diretor (a), faz mais eventos na escola, para poder ser uma escola divulgada e identificada”.

R: “Sim. Não sei”.

R: “Sim. Sendo um aluno por dentro dos assuntos a respeito de nossa escola”.

R: “Sim. Eu acredito que a minha escola possa ter uma identidade, eu faço parte desse meio por que é na escola, com interação com outras pessoas que se define nossa personalidade”.

R: “Sim. Talvez daqui a alguns anos se tornar a melhor escola do EM do DF”.

R: “Nossa escola já tem uma história, mas a identidade está se perdendo, devemos fazer o possível pra conservar essa identidade”.

R: “Sim dando o melhor de mim e não me fechar para a ajuda ao rendimento escolar da própria instituição é importante mostrar a escola os próprios talentos, dons etc.”.

R: “Sim. Sendo convidada a participar das decisões tomadas, propostas pela escola”.

R: “Sim. Sendo um aluno”.

R: “Não acredito. Nós mesmos os alunos não fazemos nossa parte”.

R: “Sim. Acho que de forma de colaboração a contribuir a escola com bom comportamento, interesse e se envolvendo nas atitudes escolares”.

